

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

A IMAGEM DA ESQUERDA NO DISCURSO DA
IMPrensa PERNAMBUCANA

Luciano José de Farias Morais

Maceió
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**A IMAGEM DA ESQUERDA NO DISCURSO DA IMPRENSA
PERNAMBUCANA**

Luciano José de Farias Moraes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima

Maceió
2009

Divisão de serviços técnicos
Catalogação da Publicação na fonte

Morais, Luciano José de Farias

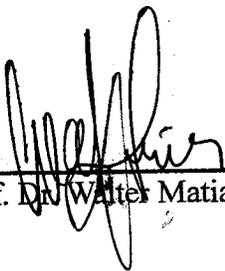
A imagem da esquerda do discurso da imprensa Pernambucana

Prof. Dr. Walter Matias de Lima (orientador)

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais – ICS. Programa de Pós Graduação em Sociologia.

PALAVRAS CHAVES: esquerda, ideologia, imprensa, intentona.

Banca examinadora



Prof. Dr. Walter Matias de Lima (orientador)

Prof. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral (membro externo)

Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello

Dedicatória

Esse trabalho é dedicado a todas e a todos aqueles que lutaram e que lutam para uma sociedade mais justa

Agradecimentos

Ao professor Walter Matias, que além de ser meu orientador e ter dado uma valiosa contribuição para esse trabalho, tornou-se meu amigo.

Aos colegas de turma que compartilhei grandes momentos e que jamais serão esquecidos.

A todo corpo docente do programa de pós-graduação em sociologia, pelo compromisso acadêmico.

Ao professor Paulo Décio e a professora Virgínia Borges, pelos preciosos conselhos e críticas que tanto cooperaram para o alargamento teórico deste trabalho.

A todos meus amigos que de alguma forma colaboraram para este trabalho, em especial aos camaradas: Cláudio, Édipo (Pipo), Welson e Renata.

A minha família e em especial aos meus pais, Clara e Morais, e meus irmãos Verônica, José Carlos (Mano), Carla e Eduardo.

Quero aqui fazer um agradecimento mais do que especial a minha esposa e companheira de todas as horas, Isabela. Pelos estímulos, conselhos, críticas e, sobretudo, pela abissal contribuição a este trabalho.

A ideologia é a base do pensamento de uma sociedade de classes, no curso conflitante da história. Os fatos ideológicos nunca foram simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, como tais, fatores reais que exercem uma real ação deformante; tanto mais que a materialização da ideologia provocada pelo êxito concreto da produção econômica autonomizada, na forma do espetáculo, praticamente confunde com a realidade social uma ideologia que conseguiu recortar todo o real de acordo com o modelo. (GUY DEBORD).

A imprensa não será outra coisa senão um barulho cego e permanente que desvia os ouvidos e os sentidos para uma falsa direção? (NIETZSCHE).

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos da imprensa escrita Pernambucana a intentona comunista de 1935. Como esses discursos ajudaram e contribuíram para uma imagem negativa da esquerda no Brasil. Desta forma, vários temas foram relevantes para uma análise intensa deste estudo, como ideologia, esquerda e direita e também como a imprensa se utilizou desses assuntos para construção de uma análise deturpada daqueles que participaram do movimento comunista. Observamos nos enunciados dos jornais oficiais de Pernambuco termos pejorativos à esquerda, como extremistas, anarquista, desordem entre outros, induzindo o interlocutor dos jornais (leitor) a ver o movimento como algo prejudicial à sociedade. Esses termos influenciaram no imaginário popular um olhar nocivo à esquerda.

PALAVRAS CHAVES: esquerda, ideologia, imprensa, intentona.

Abstract

This work aims to analyze the discourses of the press intentona Communist Pernambuco in 1935. Because these speeches helped and contributed to a negative image of the left in Brazil. Thus, several issues were relevant to an analysis of this intense study, as ideology, left and right and also as the press was used to build these issues in a distorted analysis of those who participated in the communist movement. We see listed in the official newspaper of Pernambuco left pejorative terms such as extremists, anarchy, disorder and other leading newspapers of the party (player) to see the movement as something detrimental to society. These terms have influenced the popular imagination a malicious look on the left.

WORDS KEYS: left, ideology, press, plot.

Sumário

Introdução.....	10
Parte I: Análise teórica.....	18
1.1. A dicotomia Direita e Esquerda: uma discussão inacabada.....	19
1.1.1. Francis Fukuyama e o fim da história.....	20
1.1.2. Antony Giddens e a terceira via.....	24
1.1.3. Norberto Bobbio e a concepção de igualdade.....	26
1.2. O conceito de ideologia.....	30
1.2.1. Uma nova alternativa ao conceito de ideologia: John B. Thompson.....	34
1.3. Análise de discurso.....	38
Parte II: Análise sócio-Histórica das décadas de 1920 e 1930.....	43
2.1. Sociologia e História: aproximações, diferenças e contribuições.....	44
2.2. Os anos 1920 no Brasil: uma análise Sócio-Histórica.....	48
2.3. Os anos 1930 no Brasil: uma análise Sócio-Histórica.....	52
2.4. O Partido Comunista Brasileiro (PCB): da sua formação até a intentona comunista de 1935.....	55
2.5. A intentona.....	60
2.6. A revolução: tardia ou precipitada.....	63
Parte III: Análise Discursiva.....	66
3.1. Uma breve História da imprensa.....	67
3.2. A imprensa no Brasil.....	71
3.3. O olhar da imprensa Pernambucana ao levante comunista de 1935.....	74
3.4. Discutindo os discursos.....	78
Considerações Finais.....	107
Lista de jornais.....	112
Lista de abreviaturas.....	113
Lista de fotografias.....	115
Referências Bibliográficas.....	116

Introdução

Este trabalho trata do estudo da imprensa escrita pernambucana durante a intentona comunista de 1935 e tem como objetivo analisar os discursos desses jornais, verificando até que ponto esses discursos contribuíram para a construção de uma imagem negativa da esquerda no Brasil.

A opção pelo tema, que intitula o objeto de estudo desse trabalho, surgiu a partir de leituras de jornais sobre o período de 1935. Assim, percebi como é rico de fatos o levante ocorrido em Pernambuco em 1935, conhecido como Intentona Comunista. A Intentona Comunista foi um movimento revolucionário de esquerda que tinha a frente à Aliança Nacional Libertadora (ANL), mais por trás estava o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que pelo fato de se encontrar na clandestinidade utilizou a sigla da ANL para divulgar suas idéias e “preparar” o povo para o levante. Como podemos perceber em um comício realizado no Rio Grande do Sul em cinco de julho de 1935 na cidade de Pelotas:

Cabe a iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A idéia do assalto amadureceu na consciência das grandes massas. Cabe a seus chefes organizá-las e dirigi-las (...) soldados do Rio Grande do Sul, heróico herdeiro das melhores tradições revolucionarias da terra gaúcha. Prepara-te, organiza-te, porque só assim poderás voltar contra os tiranos as armas com que eles querem eternizar a vergonha dos dias de hoje. (PACHECO, 1999, p. 165).

Participaram do levante pessoas de diversos segmentos da sociedade Pernambucana. O movimento foi deflagrado em três capitais brasileiras, Natal no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro que também era a capital do Brasil na época e em Recife capital de Pernambuco. O levante tinha como objetivo a tomada do poder através da força e denunciava as mazelas e as corrupções cometidas pelo governo estabelecido daquele período, o governo de Getúlio Vargas, que segundo os revolucionários assolava de forma melancólica a sociedade Brasileira

A Insurreição em Pernambuco irrompeu no dia 24 de Novembro de 1935, um domingo, e foi uma conseqüência da Insurreição em Natal, onde o levante foi iniciado. Marly de Almeida (1992) afirma que Caetano Machado, integrante do Secretariado do comitê do PCB no Nordeste, ao ser alertado para a dificuldade de fazer o levante no domingo, se envolveu pela emoção plagiando Lênin quando disse: “hoje é cedo, depois de amanhã é tarde. Fazemos a revolução amanhã”. O Sargento Gregório Bezerra, um dos

que alertou o Secretariado do Comitê Central do Partido sobre a decisão tomada se tornou um dos mais combativos na Insurreição

As dúvidas e incertezas que se bateu sobre mim em relação às informações obtidas com o material que dispunha, fizeram com que eu realizasse um levantamento mais intenso no que tange às referências bibliográficas sobre o tema. Ao longo da pesquisa bibliográfica me deparei com diversas contradições, interpretações nocivas feitas pelo jornal Diário de Pernambuco, até então o único que eu tivera acesso. Sempre utilizando de termos agressivos com aqueles que participaram do movimento. As dúvidas eram cada vez maiores, o que fez com que buscasse outras fontes para discutir sobre a temática.

Ao analisar a relevância do assunto para a historiografia brasileira, realizei uma pesquisa mais intensa junto ao Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano, no interesse de buscar subsídios sobre o tema nos jornais da época. Foram analisados os jornais: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Jornal Pequeno e Diário da Tarde.

Para entender como a imprensa pernambucana ajudou a construir a imagem da esquerda no Brasil através da análise dos jornais pernambucanos ao movimento ocorrido em 1935, fez-se necessário entender alguns conceitos, tais como o conceito de esquerda e direita e o conceito de ideologia.

No capítulo I, analisei a parte teórica deste trabalho para entender quem fazia parte da esquerda no período da Intentona Comunista, sendo necessário dizer o que eu entendo por esquerda. Desta forma, a importância de analisar o conceito de esquerda foi fundamental para considerar todos os que participaram do movimento ao lado dos revolucionários como sendo de esquerda. Neste conceito irei apresentar as discussões sobre a diáde direita e esquerda, a partir das concepções de Francis Fukuyama, Antony Giddens e Norberto Bobbio. Esta discussão é importante para mostrar o debate sobre a existência ou não da dicotomia direita e esquerda, visto que alguns teóricos acreditam na falência da diáde, como é o caso de Francis Fukuyama (1989).

Mas será a partir do pressuposto apresentado por Bobbio (1995) para diferenciar direita e esquerda, através do critério da igualdade, que definirei o que entendo por

esquerda. Nesta pesquisa, esquerda são aqueles indivíduos, partidos políticos, associações ou instituições que em determinado momento histórico se encontram em defesa de uma sociedade mais igualitária.

Bobbio considera de esquerda aqueles que estão ao lado dos direitos sociais e dos direitos à liberdade e os que lutam para reduzir as desigualdades entre aqueles que têm e os quem não tem, pregando o direito à educação, o direito ao trabalho e o direito à saúde; direitos sociais com grande benefício à humanidade. Podemos observar esses valores claramente nas propostas dos revolucionários de 1935 e também daqueles que de forma indireta participaram da Intentona.

Os direitos sociais, assim como os direitos de igualdade, estavam na agenda político-partidária do movimento de 1935, os direitos sociais eram defendidos energicamente pelos membros do PCB, principalmente pelo seu líder Luis Carlos Prestes que desde sua entrada no Partido sempre deixou claro suas intenções igualitárias como podemos observar em uma carta aberta que conclamava o povo para o assalto ao governo em 12 de março de 1931, pregando uma revolução agrária e antiimperialista (CHILCOTE, 1982, p.75).

Luís Carlos Prestes, um dos líderes do movimento, que na década de 20 tinha liderado um grupo e formado um contingente rebelde chamado de Coluna Miguel Costa - Prestes, ficando depois conhecida como Coluna Prestes.

A Coluna Prestes foi um movimento político-militar Brasileiro existente entre os anos de 1925 a 1927 e estava ligada ao tenetismo. Foi um movimento político-militar de jovens oficiais do exército brasileiro infelizes com a situação do Brasil e pregavam reformas na estrutura política do país, como o fim do voto de cabresto que era um sistema tradicional de controle de poder político através do abuso de autoridade, compra de votos e utilização da máquina pública, e a instituição do voto secreto, bem como uma reforma na educação pública. Possuía 1.500 homens que percorreram por dois anos e cinco meses, 25.000 km do território nacional. Prestes, apelidado de “cavaleiro da esperança”, teve os primeiros contatos com o marxismo no final do ano de 1928, na Argentina, quando entrou em contato com Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski que na época eram dirigentes Internacional Comunista (IC). Em 1930, ao retornar clandestinamente, já que teve que

sair do país para um exílio na Bolívia por conta de sua atuação na chamada coluna Prestes, volta para cidade de Porto Alegre, onde teve dois encontros com Getúlio Vargas, tendo sido convidado para comandar militarmente a revolução de 1930, mas recusou-se a apoiar o movimento, por não concordar com a política empregada por Vargas. Em 1931, a convite do Partido Comunista Soviético, Prestes foi transferido para a União Soviética, onde trabalhou como engenheiro e se dedicou aos estudos do marxismo-leninismo. Em agosto de 1934, ele foi finalmente aceito pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Luis Carlos Prestes foi também eleito membro da comissão executiva da Internacional Comunista e voltou como clandestino ao Brasil em dezembro de 1934, acompanhado pela alemã Olga Benário, também membro da IC, com o objetivo de liderar uma revolução armada no Brasil.

Prestes pregava um programa de nove pontos com a proposta de diminuir as diferenças sociais, observamos nesses pontos alguns direitos sociais:

A extinção da dívida externa; a denúncia dos tratados “antinacionais”; a nacionalização dos serviços públicos; benefícios para os trabalhadores, entre os quais a jornada de trabalho de oito horas, previdência social e a garantia de um salário mínimo; a luta contra as condições de trabalho escravistas e feudais; a distribuição da terra entre a população pobre; a devolução das terras aos índios; o estabelecimento das “liberdades populares”; e a luta contra as guerras imperialistas (CHILCOTE, 1982, p. 79).

Nesta carta aberta, divulgada pela cúpula dos revolucionários, observa-se uma defesa aos interesses da população mais carente: o direito à saúde, o direito ao trabalho, a liberdade racial, entre outros. Critérios que estão na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) ¹. Os direitos humanos levam em consideração os direitos básicos de todos os seres humanos. Normalmente o conceito de direitos humanos tem a ideia também de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a Lei. A Declaração Universal de Direitos Humanos no seu artigo I diz que: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Desta forma observa-se que algumas ideias reveladas por Prestes antecedem à Carta Universal. Podemos observar nitidamente na agenda política dos que participaram do levante

¹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Neste documento é descrito os direitos Humanos Básicos.

comunista que havia uma clara intenção em mudar a estrutura social da época. Essas mudanças trariam um benefício a toda sociedade brasileira, principalmente as classes mais carentes, através da reforma agrária. Essa vontade de fazer uma sociedade mais justa e de diminuir as desigualdades sociais fez com que pudéssemos definir esse movimento como de esquerda, através do conceito de Bobbio de igualdade que define todos que lutam pela desigualdade como sendo de esquerda.

No conceito de ideologia apresento os diversos significados do termo proposto por diferentes autores. O conceito de ideologia é importante para entender o universo ideológico produzido pelo discurso da imprensa.

Durante a década de 30 os vários grupos contrários ao movimento de 1935 se utilizaram da imprensa com o objetivo de construir uma imagem negativa daqueles que defendiam propostas não capitalistas no período da Intentona Comunista. Os grupos que estavam à frente do poder político-econômico durante as décadas de vinte e trinta no Brasil eram formados pela elite impregnada de uma ideologia marcada essencialmente por uma forte repressão e que controlava os principais meios de comunicação.

Thompson (1995) traz uma contribuição para análise da ideologia, para ele a ideologia passa por três pontos necessários: a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido podem servir para estabelecer e sustentar relações de dominação.

A concepção crítica de ideologia proposta por Thompson vai contribuir para entender como os jornais pernambucanos se utilizaram de sentidos para influenciar na construção da imagem da esquerda. Entendemos que esses sentidos são ideológicos na medida em que eles estão a serviço do poder e servem para sustentar relações de dominação.

Para identificar quais são os sentidos que estão presentes nos discursos jornalísticos é preciso então entendê-los como ideológicos. Para Thompson os fenômenos são ideológicos porque também são simbólicos, desde que analisados dentro do contexto social e histórico em que foram produzidos. Assim, faz-se necessário compreender o universo das “concepções latentes”, e para isso é extremamente importante analisar as

décadas de 20 e 30, já que foram nesses contextos sócio-históricos estruturados que foram produzidos discursos sobre a esquerda no Brasil.

Essa relação entre texto, contexto e ideologia aponta para a necessidade de outra discussão: a utilização da Análise de Discurso (AD) como aporte teórico. A análise de discurso utilizado aqui não tem a pretensão de uma metodologia como uma técnica a ser empregada, mais como uma interlocução com outras áreas de conhecimento, mais especificamente com a sociologia.

Esta pesquisa não pretende apenas realizar uma análise historiográfica, tampouco jornalística, mas produzir um conhecimento sociológico que busque entender o contexto de produção e reprodução dos discursos e contra discursos produzidos em torno de um dado fenômeno, neste caso um fenômeno político, que é antes de qualquer coisa um fenômeno sociológico no sentido de que parte da produção social dos homens em sociedade. Essas discussões se apresentam como importantes para analisar os sentidos presentes no discurso da imprensa pernambucana durante de 1935, quanto ao modo de se denominar a esquerda. Entendemos que esses sentidos revelam a relação existente entre imprensa e ideologia, tendo em vista que a linguagem está materializada na ideologia e que não existe discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 1999, p.16-17).

Na parte II deste trabalho, fiz uma análise sócio-histórica das décadas de 20 e 30, mostrando a importância de se trabalhar a interlocução entre as disciplinas História e Sociologia e a contribuição que o diálogo entre ambas oferece para uma análise mais apuradas dos fatos sociais. Entender o contexto do que se passava nas décadas de 20 e 30, foi importante para uma análise crítica mais apurada dos jornais da época. Contextualizar esses períodos tornou-se fundamental para compreender como estava a sociedade e a política daquele período que antecedeu ao levante de 1935. O mesmo aconteceu com a apreciação feita com o estudo sobre o PCB desde sua fundação, passando pelos anos de 1920 e 1930, até a Intentona Comunista de 1935, mostrando como se deu esse levante.

Na parte III, foi feita uma análise discursiva dos jornais oficiais, vistos nesta pesquisa. Um breve diagnóstico sobre a história da imprensa no mundo e no Brasil tornou-se relevante para entender as nuances implícitas dentro desse meio de comunicação,

identificar o funcionamento da imprensa é imprescindível para compreensão da dialética presente na ordem do discurso, ou seja, entender que o discurso longe de ser elemento transparente ou neutro, é um dos lugares onde a política exerce, de modo mais privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (Foucault, 1996). Analisar o discurso da imprensa escrita de Pernambuco sobre a esquerda no Brasil implica identificar a polissemia – multiplicidade de sentidos – existente nas formas enunciativas quando se denomina essa esquerda.

Pensar o papel dos meios de comunicação e dos intelectuais e sua relação com a ideologia implica discutir sobre o caráter persuasivo da imprensa, ou seja, o controle dos meios de comunicação pelo poder para garantir a influência nos imaginários sociais. Para Baczko (1985):

a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida para difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças (BACZKO, 1985, p.308).

Trabalhar com a relação imprensa, discurso, poder, ideologia e formas de construção de sujeitos estigmatizados e considerar também as discussões sobre a manipulação dos Jornais através de seus enunciados, fez com que observássemos um discurso deturpado por parte da imprensa escrita Pernambucana contra os que participaram da intentona comunista de 1935, considerados como de esquerda.

Parte I

ANÁLISE TEÓRICA

1.1. A Dicotomia Direita e Esquerda: uma discussão inacabada

Quem se pusesse a ler os jornais para ver quantas vezes as palavras “direita e “esquerda” são empregadas, ainda que consultando apenas os títulos principais, faria seguramente uma coleta bastante abundante, até mesmo porque estas duas palavras da linguagem, não só comum, mas popular são hoje usadas não apenas no discurso político, mas muitas vezes de maneira até mesmo caricatural, nos mais diversos campos do agir humano (BOBBIO, 2001, p. 28).

A origem da dicotomia entre direita e esquerda está ligada à história da Revolução Francesa. Nas reuniões dos Estados Gerais e da Assembléia Nacional da França do século XVIII, os contrarrevolucionários, ou seja, aqueles que defendiam os interesses aristocráticos sentavam à direita do plenário, ficando conhecidos como “direita”. E os revolucionários que se sentavam do lado oposto, eram chamados de “esquerda”.

No século XX, a díade passou por um período de “crise”. A direita foi questionada depois da Segunda Guerra Mundial com o fim do fascismo². A esquerda entrou em “crise” com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e com a queda do muro de Berlim em 1989.

Nesse contexto, vários autores começaram a questionar a falência da díade esquerda e direita. O uso ou desuso desses termos foi cada vez mais sendo colocado em dúvida. A desqualificação da dicotomia está relacionada principalmente pelos que defendem o fim ou crise das ideologias a partir do fim da história (Francis Fukuyaman, 1992) e por aqueles que acreditam no surgimento de um centro, uma “terceira via” (Antony Giddens, 1996). Por outro lado, existem ainda autores que defendem a permanência da dicotomia direita e esquerda por entender que o conceito de igualdade é o critério diferenciador entre os que são de direita e os que são de esquerda (Norberto Bobbio, 2001)

² Fascismo é o nome dado a um movimento político ultranacionalista de direita que se caracteriza pela soberania absoluta do Estado.

1.1.1. Francis Fukuyama e o Fim da História

Em 1989, Francis Fukuyama escreveu um artigo intitulado “O Fim da História”, afirmando a existência de um consenso sobre a legitimidade da democracia liberal como único sistema de governo, pois conquistou todas as outras ideologias: a monarquia hereditária, o fascismo e até mesmo o comunismo³. Para Fukuyama o modelo democrático liberal constituía o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a forma final de governo humano. Foi com esse pressuposto que proclamou “o fim da história”.

Na época em que escreveu o artigo, Fukuyama foi contestado, sobretudo pelo conceito de história que utilizou. Os críticos⁴ diziam e tentavam demonstrar que a história (os eventos, os acontecimentos) ainda ocorria e que, desta forma, a história continuava. Mas Fukuyama (1992, p. 12) se defende afirmando que propõe o fim da história como um processo “único, coerente, considerando a experiência de todos os povos em todos os tempos”, citando as teses de Hegel e Marx quando ambos sugerem que a humanidade chegaria a um ponto de evolução e progresso, atingidos com a consolidação de um Estado Liberal (Hegel) ou de uma sociedade comunista (Marx). O que não significa então o fim da ocorrência dos eventos nem dos fatos de grande importância, mas que “não haveria mais progresso no desenvolvimento dos princípios e das instituições básicas, porque todas as questões realmente importantes estariam resolvidas” (FUKUYAMA, 1992, p. 13).

Fukuyama propõe uma história coerente e universal da humanidade, admitindo que com o desaparecimento dos regimes totalitaristas de direita e de esquerda, se chegou ao “fim da história” porque “a vida no Estado universal e homogêneo é completamente satisfatória para seus cidadãos. Em outras palavras, o mundo liberal democrático está livre

³ Termo utilizado para designar os sistemas de organização social baseado na distribuição igual de riqueza.

⁴ Refiro-me a Norberto Bobbio no seu livro *direita e esquerda razões e significados de uma distinção política* (1994, p.153-154). O autor refuta a idéia de história de Fukuyama principalmente em dois pontos: o primeiro quando Fukuyama afirma que a causa principal do progresso histórico seria a desigualdade, não apenas por que é funcional ao mercado capitalista, mas também por que é em si mesma mais “justa”. O segundo ponto, Bobbio contesta a idéia de Fukuyama de que todos os homens, e em todas as situações nas quais venham a se encontrar, aspiram não à igualdade, mas a supremacia.

de contradições” (FUKUYAMA, 1992, p. 180). O fim da história ocorreria porque com a hegemonia da democracia liberal, esta não teria mais nenhum competidor ideológico, seria, portanto, a vitória da direita sobre a esquerda.

Para sustentar sua tese, Fukuyama defende a existência de duas forças poderosas que atuaram no sentido de consolidar a legitimação da democracia liberal: a lógica da ciência natural moderna e a luta pelo reconhecimento sujeito.

A lógica da ciência natural moderna explica o caráter de mudança histórica e a uniformidade das sociedades modernas conduzidas pelo capitalismo e não pelo socialismo, como previu Marx (1988). A ciência natural moderna - nas formas reconhecidas de inovação tecnológica e da organização racional do trabalho - é percebida como regulador que explica a direção da história finalizada pela consolidação da democracia liberal.

O desenvolvimento da democracia liberal trouxe como consequência a uniformidade em todas as sociedades, que foi garantida pelo surgimento de dois fatores, o primeiro fator que explica a uniformidade da democracia liberal nas sociedades é a tecnologia e a necessidade de modernização, resultante do acúmulo de riquezas que trouxe uma homogeneização uniforme de todas as sociedades, independente de suas origens históricas ou diferenças culturais.

A inovação tecnológica e a divisão extremamente complexa do trabalho promoveram um aumento tremendo da demanda de conhecimento tecnológico em todos os níveis da economia, e conseqüentemente para pessoas que - para falar claro - preferem pensar a fazer. Isto inclui não apenas cientistas e engenheiros, mas todas as estruturas que os apóiam, como escolas, universidades e a indústria de comunicações. O teor mais alto de “informação” da moderna produção econômica reflete-se na ascensão do setor de serviços - profissionais, administradores, empregados de escritório, pessoas que trabalham no comércio, *marketing* e finanças, bem como funcionários públicos e pessoal da área de saúde - a expensas das ocupações industriais “tradicionais” (FUKUYAMA, 1995, p. 126-127).

Para Fukuyama a modernização e a necessidade de inovação tecnológica foram fundamentais para a consolidação de uma economia liberal⁵. O fracasso do planejamento central de alguns sistemas planificados como a URSS e a China está relacionado ao

⁵ O modelo Democracia Liberal é uma ideologia política baseada na referenciação do “ser” cidadão em si. É uma forma de governo onde o estado não interfere na esfera econômica, visto que esta seria dotada de mecanismos de auto-regulação.

problema da inovação tecnológica, pois, para ele, os sistemas econômicos desses países foram incentivados para estimular a inovação em certos setores, como o desenvolvimento aeroespacial e de armamentos, mas foram ineficientes na incorporação de novas tecnologias no processo de produção direcionadas para todos os setores da industrialização e na inserção de novos produtos relacionados para os novos consumidores.

O segundo fator que explicaria a uniformidade da democracia liberal nas sociedades é a possibilidade de produção econômica que fez com que todos os países em processo de modernização econômica tendessem a se parecer uns com os outros. Isto ocorreu porque os mercados globais e a disseminação de uma cultura consumista universal promoveram aproximação e uma ligação dessas sociedades.

Agora o nosso mecanismo pode explicar a criação de uma cultura universal de consumo, baseada nos princípios da economia liberal, tanto para o Terceiro Mundo quanto para o Primeiro e o Segundo. O mundo econômico, dinâmico e imensamente produtivo, criado pelo avanço tecnológico e pela organização racional do trabalho, tem um tremendo poder de homogeneização. É capaz de unir fisicamente sociedades diferentes do mundo inteiro por meio da criação de mercados globais e de criar aspirações e práticas econômicas paralelas num número enorme de sociedades diversas. O poder de atração desse mundo cria uma forte predisposição de todas as sociedades para participarem dele, enquanto que o sucesso dessa participação exige a adoção dos princípios do liberalismo econômico (FUKUYAMA, 1992, p. 143-144).

Dessa forma, a lógica da ciência natural moderna dita uma evolução universal na direção do capitalismo. Entretanto, as interpretações econômicas não conseguem explicar o porquê da democracia e o porquê de sermos democratas, ou seja, porque somos proponentes do princípio da “soberania popular e da garantia dos direitos básicos sobre o império da lei” (FUKUYAMA, 1992, p. 16-17).

Segundo Fukuyama, não é possível explicar o fenômeno da hegemonia da democracia liberal se percebida apenas em termos econômicos, já que a democracia quase nunca é escolhida por razões econômicas. É então na luta pelo reconhecimento que se explica o fenômeno da democracia. O desejo de reconhecimento é a força motora da história.

Segundo Hegel, todo ser humano quer o reconhecimento, quer ser reconhecido enquanto ser humano, com certo valor e dignidade, é a luta por prestígio. Esse fenômeno do

desejo por reconhecimento está relacionado ao conceito de *tymos* ou espírito, de Platão. *Tymos* está relacionada ao valor que a pessoa dá a si mesma, a autoestima por exemplo. *Tymos* e o desejo de reconhecimento diferem na medida em que *tymos* se refere a uma parte da alma que dota valor aos objetos, já o desejo de reconhecimento é uma atividade de *tymos* que exige que outra consciência partilhe da mesma avaliação. É possível então ter orgulho *timótico* de si mesmo sem exigir reconhecimento, apesar do *tymos* levar os homens a procura do reconhecimento. O desejo de reconhecimento do sujeito constitui, para Fukuyama, o elo entre a política e a economia liberal, é a luta pelo reconhecimento de *status*.

Se povos não fossem mais do que desejo e razão, poderiam se contentar com a vida nos estados autoritários orientados para o mercado, como a Espanha de Franco, a Coreia do Sul ou o Brasil sob o regime militar. Mas esses povos têm também um orgulho *timótico* do próprio valor que os leva a exigir um governo democrático que os trate como adultos e não como crianças, que reconheça sua autonomia como indivíduos livres. Em nossos dias o comunismo começa a ser superado pela democracia liberal porque apresenta uma falha muito grave na sua forma de reconhecimento (FUKUYAMA, 1992, p. 20).

A partir da lógica do reconhecimento, Fukuyama reinterpreta os fenômenos da cultura, religião, trabalho, nacionalismo e guerra. Esses fenômenos são, para ele, obstáculos de uma economia de livre mercado. As comunidades que têm como base o reconhecimento baseado na religião, na etnia ou em outras formas, não conseguem chegar ao nível do reconhecimento universal, que constitui a base do Estado Liberal, sendo, portanto, tratadas também como entraves, obstáculos para que a democracia liberal funcione.

Para que a democracia funcione, os cidadãos do Estado democrático devem esquecer as raízes instrumentais dos seus valores e desenvolver um certo orgulho *timótico* irracional por seu sistema político e por determinado modo de vida. Isto é, devem passar a amar a democracia não por ela ser necessariamente melhor do que as alternativas, mas porque é *deles*. Além disso, devem deixar de ver valores como “tolerância” apenas como meios para um fim; a tolerância nas sociedades democráticas torna-se a virtude definidora. O desenvolvimento desse tipo de orgulho pela democracia, ou a assimilação dos valores democráticos no senso de individualidade de cada cidadão, é o que se pretende com a criação de uma cultura “democrática” ou “cívica”. Essa cultura é essencial para a saúde e estabilidade das democracias a longo prazo, uma vez que nenhuma sociedade do mundo real pode sobreviver muito tempo baseada apenas no cálculo racional e do desejo (FUKUYAMA, 1995, p. 263-264).

Então essas duas forças – a lógica da ciência natural moderna e a luta pelo reconhecimento – promoveram o colapso da direita e da esquerda e contribuíram para a fundação de democracias liberais capitalistas. Daí, portanto, o fim da história, que não é o fim “da ocorrência dos eventos, nem dos fatos grandes e importantes, mas da História, ou seja, da história como um processo único, coerente e evolutivo, considerando a experiência de todos os povos em todos os tempos” (FUKUYAMA, 1995, p. 12).

Fracis Fukuyama afirma no livro “O Fim da História e o Último Homem,” que não há mais a dicotomia esquerda e direita, visto que não existe mais ideologia. Para o autor, a destruição do fascismo e do socialismo trouxe o triunfo da democracia liberal no Ocidente. As únicas oposições a essa proposta capitalista liberal do Ocidente vinham do nacionalismo e do fundamentalismo islâmico, mas, segundo o autor, no nacionalismo não há um projeto concreto para a humanidade e o fundamentalismo islâmico está restrito apenas ao Oriente e países periféricos. Isto faz com que a democracia liberal ocidental tenha chegado à solução final do governo humano. Com isso Fukuyama decreta “o fim da história”, onde a díade esquerda e direita perde seu valor, sendo decretada a sua falência.

1.1.2. Antony Giddens e a Terceira Via

O sociólogo inglês Antony Giddens é outro intelectual que discute a díade direita e esquerda, postulando a idéia do “Terceiro inclusivo” ou “Terceira via” que é uma política radical reconstituída que recorre ao conservadorismo filosófico, mas preserva alguns dos valores centrais ligados ao socialismo. Giddens, nas obras “Para além da direita e da esquerda” e “A terceira via”, formulou uma proposta além da dicotomia esquerda e direita: o paradigma da “terceira via”.

Diferentemente de Fukuyama, Giddens afirma que a dicotomia direita e esquerda não desapareceu e que a concepção de igualdade está mais próxima da esquerda do que da direita. Nesse sentido, Giddens irá concordar com o pensador Norberto Bobbio, entretanto propõe um refinamento para a distinção:

Bobbio está sem dúvida correto ao dizer que a distinção esquerda/direita não vai desaparecer e ao ver a desigualdade no seu cerne. Embora possa ser interpretada de maneira bastante diferentes, a idéia de igualdade ou justiça social é básica para perspectiva da esquerda. Ela foi persistentemente atacada pelos de direita. A definição de Bobbio, no entanto, necessita de algum refinamento (GIDDENS, 2001 p. 51).

Para Giddens, o mundo passou por mudanças significativas nas últimas décadas que fez com que os paradigmas políticos de direita e de esquerda fossem questionados, pois esses conceitos estariam perdendo seus significados dentro de um contexto e de uma sociedade cada vez mais complexa.

Giddens defende então uma alternativa política nova que supere as diversidades atuais. O caso dos verdes - movimento ecológico considerado como transversal que não toma partido, sendo indiferentes aos dois lados da diáde - é um exemplo da dificuldade de enquadrar quem está de cada lado. Sendo assim, a dicotomia (direita e esquerda) é utilizada para Giddens apenas em um plano bastante geral.

Mas será que a distinção entre direita e esquerda mantém algum sentido fundamental ao ser retirada do ambiente mundano da política ortodoxa? Sim, mas apenas em um plano bastante geral. No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo importante. Mas seria difícil levá-lo muito longe ou fazer um princípio dominante (GIDDENS, 1996, p. 284).

A idéia de Giddens é ir além dessa distinção entre direita e esquerda. Propondo uma política de “terceira via” que seja formada tanto por elementos do conservadorismo filosófico, como do pensamento socialista, tais como: a política de proteção, preservação e solidariedade. Os valores de propriedade, justiça social, liberdade e solidariedade são elementos que a terceira via pretende conciliar, seria uma aproximação do socialismo ao liberalismo.

1.1.3. Norberto Bobbio e a concepção de igualdade

O filósofo italiano Norberto Bobbio na obra “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política” indaga sobre a existência ou não da direita e da esquerda. Bobbio defende que as ideologias não deixaram de existir com o fim do fascismo ou da URSS e que a afirmação de que as ideologias estão em crise é por si só, ideológica. Por outro lado, a dicotomia esquerda e direita está além das discussões sobre ideologia:

Pode-se tranquilamente objetar, como já foi feito, que na realidade as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas. A árvore das ideologias está sempre verde. Além do mais, como já foi diversas vezes demonstrado, não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise. E depois, “esquerda” e “direita” não indicam apenas ideologias (BOBBIO, 1995, p. 51).

Para Bobbio existem três modos de contestar o fim da dicotomia direita e esquerda.

O primeiro consiste em relativizar a díade insistindo na presença do “terceiro incluído”, mais precisamente de um centro moderado situado entre a direita e a esquerda, ocupando a maior parte do espaço efetivo no interior dos sistemas políticos. O segundo modo de rejeitar a oposição é o de se fixar na perspectiva de um “terceiro inclusivo”, que integra e supera as heranças tanto de direita quanto de esquerda numa síntese que colocaria para além de ambas. Por fim, o último modo apóia-se na emergência de um “terceiro transversal”, que penetraria os campos da direita e da esquerda e os esvaziaria de qualquer relevância. É o papel, observa Bobbio, frequentemente atribuído à política dos verdes (BOBBIO, 1995, p. 160).

Para Bobbio esquerda pode ser considerada historicamente como aqueles que estavam ao lado dos direitos sociais e dos direitos a liberdade, que foram incorporados às constituições a partir do fim da Primeira Guerra Mundial e foram consagradas pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Direitos esses com objetivo de reduzir as desigualdades entre aqueles que têm e quem não tem, como: direito à educação, direito ao trabalho e direito à saúde; direitos sociais com grande benefício à humanidade.

Com estas referências a situações históricas, pretendo simplesmente reafirmar minha tese de que o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tal tem sido reconhecido, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as práticas que objetiva tornar mais iguais os desiguais (BOBBIO, 1995, p.25).

Bobbio não nega que há igualdade tanto na direita como na esquerda, mas afirma que existem diferentes formas de igualdade até mesmo em posição de direita. Porém, o mais importante é saber quais os critérios adotados nos diversos tipos de igualdades.

Combinando estas três variáveis, pode-se obter, como é fácil imaginar, uma variedade enorme de tipos de repartição, todos possíveis de serem chamados de igualitários apesar de serem muito diverso entre si. Os sujeitos podem ser todos, muitos ou poucos, até mesmo um só; os bens a serem distribuídos podem ser direitos, vantagens ou facilidades econômicas, posição de poder; os critérios podem ser a necessidade, o mérito, a capacidade, a posição social, o esforço e outros mais; e no limite a ausência de qualquer critério, que caracteriza o princípio maximamente igualitário, que proponho chamar de “igualitarista”: “a todos a mesma coisa” (BOBBIO, 1995, p. 113).

O que irá diferenciar a igualdade de direita e de esquerda é que para a esquerda a igualdade é a regra e a desigualdade é a exceção, o que não ocorre com a direita, que pressupõe o contrário:

A diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. Disso se segue que, para essa pessoa, qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para a pessoa de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é a regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada (BOBBIO, 1995, p. 23).

Com isso o autor não quer dizer que a esquerda inclui todos, mais sim que a regra da esquerda é a inclusão, salvo exceções, enquanto que a regra da direita é a exclusão, salvo exceções. O que merece ser levado em consideração são as posturas de organização do homem em sociedade e como eles se comportam em relação ao ideal da igualdade que, juntamente com o ideal da paz e o ideal da liberdade, são os fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar.

Bobbio toma o ideal de igualdade como critério principal para distinguir a díade direita e esquerda. Para ele, a igualdade está presente tanto na direita como na esquerda, porém existem diferentes formas de igualdade. Dessa forma, o conceito de igualdade tem um caráter relativo, entretanto, “nenhum projeto de repartição pode deixar de responder a três perguntas: igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios” (BOBBIO, 1995, p. 112-113).

O conceito de Norberto Bobbio vai ser de muita valia para esse estudo, já que ele defende a ideia de igualdade para diferenciar a esquerda da direita, mostrando que as pessoas de esquerda são aquelas que estão sempre lutando pela igualdade entre os seres humanos.

A importância desse debate aqui se faz pertinente para entender a ideologia do movimento de 1935: a Intentona Comunista. Apesar de se tratar de um debate contemporâneo, as discussões sobre esquerda e direita levantadas por Fukuyama, Giddens e Bobbio são fundamentais para este trabalho.

Devido à grande dificuldade de colocar os atores que participaram da intentona como sendo de esquerda ou de direita, já que muitos que estavam ao lado dos que eram comunistas declarados não se reconheciam como tal, porém lutavam pelos mesmos ideais que os comunistas defendiam. Ou seja, os declarados verdadeiramente comunistas, pregavam em suas propostas as ideias de uma sociedade igualitária. Dessa forma mesmo aqueles que participaram do movimento sem nenhuma intenção de se considerar como sendo de esquerda, se identificaram com as propostas de igualdade que o movimento pregava. Dessa forma o conceito de esquerda empregado por Bobbio, onde esquerdas são todas as pessoas que estão sempre lutando pela igualdade entre os seres humanos, estava na agenda de todos que participaram do movimento de 1935, independentemente de ter ou não consciência do que é ser de esquerda.

Mas, por outro lado, a imprensa utilizou-se dessa denominação de esquerda para discriminar todos que participaram do levante, pois muitas vezes utilizavam o discurso da desordem em alusão à esquerda, fazendo com que se criasse universo ideológico contrário à esquerda. A ideologia vai estar presente nas formas de se denominar a esquerda, sempre

presente nos discursos dos jornais de Pernambuco, pois o discurso feito pela imprensa escrita sobre o movimento de 1930 em Pernambuco estava repleto de ideologia.

Entendo o conceito formulado por Bobbio de fundamental importância para este estudo, não só pela grande contribuição que ele traz para uma definição do que eu vou perceber por esquerda, mais também por entender que apesar de ser um conceito contemporâneo, se adequa ao momento onde essas discussões sobre direita e esquerda estavam intensamente divididas que foi o período da Intentona Comunista de 1935, um momento que ao contrário do atual não se cogitava nem de longe o fim dessa diáde.

Desta forma, compreendo que discutir esse tema sobre direita e esquerda neste trabalho, além de trazer a tona essa discussão de grande relevância, é fundamental para entender as contribuições e divergências da trajetória que esse tema traz para a sociologia.

1.2. O conceito de Ideologia

O conceito e a teoria de ideologia definem um campo de análise que permanece central às ciências sociais contemporâneas e que constitui um espaço para um debate teórico contínuo e animado. (THOMPSON, 1995, p.11).

O primeiro a criar o termo ideologia foi o filósofo francês Destutt de Tracy, por volta do século XIX. De Tracy fez parte do grupo dos sensualistas⁶, com orientação no pensamento de Condorcet aderiu a Revolução Francesa e foi um grande defensor das causas republicanas. De Tracy que também era político, desenvolveu o termo com a proposta de criar uma ciência das ideias cuja origem estava nas bases do espírito afirmativo do iluminismo⁷. Para ele, a nova ciência deveria ser positiva, útil e suscetível de exatidão rigorosa (THOMPSON, 1995, p. 45) e serviria como base para outras ciências como a lógica e a moralidade. “Pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo do humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUI, 1989. p. 22).

Napoleão Bonaparte contestou as ideias de Tracy ao afirmar que sua concepção de ideologia não passava de uma doutrina especulativa totalmente fora da realidade do poder político. A oposição de Napoleão as ideias de Tracy estava ligada à política estabelecida por Napoleão que tinha pretensões autocráticas para a França. Como De Tracy era um grande defensor das ideias republicanas, tornava-se assim uma verdadeira ameaça às pretensões autoritárias do império Napoleônico. Com a derrocada do império, Bonaparte vai eleger De Tracy e seus companheiros do Instituto Nacional, que também eram adeptos do republicanismo, como os maiores culpados pelo fracasso do império.

⁶ De Tracy fez parte do grupo dos sensualistas, que eram defensores do republicanismo com orientação no pensamento de Condorcet, eram adeptos ao republicanismo e entraram em conflito com os partidários de Bonaparte, que os acusaram de ideólogos.

⁷ O Iluminismo também conhecido como Esclarecimento ou Ilustração designa uma época da história intelectual ocidental. Iluminismo é um conceito que sintetiza diversas tradições filosóficas, correntes intelectuais e atitudes religiosas.

O conceito de ideologia ganhou um sentido pejorativo através Napoleão, que transformou praticamente todos os tipos de pensamento como ideológicos, sejam eles políticos ou religiosos. Portanto, deveriam ser combatidos e silenciados, Para Daniel Bell, a conotação negativa do termo também surgiu com Napoleão, chamando os representantes do instituto nacional de “meros especuladores”.

As conotações negativas do tema surgiram com Napoleão que, tendo consolidado seu poder, proibiu o ensino da ciência moral e política no instituto nacional, denunciando os -ideólogos- como especuladores irresponsáveis, que subvertiam a moralidade e o patriotismo (BELL, 1980, p.321).

Com a crítica a De Tracy e seus seguidores, chamados por Napoleão de “ideólogos”⁸, o conceito de ideologia mudou. Deixou de ser uma ciência das idéias e passou a ter um sentido pejorativo, negativo.

deixou de se referir apenas à ciência das idéias e começou a se referir também às idéias mesmas, isto é, a um corpo de idéias que, supostamente, seria errôneo e estaria divorciado das realidades práticas da vida política. O sentido do termo mudou também pelo fato de que ele não mais poderia referir-se inequivocamente ao espírito positivo do Iluminismo. A Ideologia como ciência positiva e eminente, digna do mais alto respeito, gradualmente deu lugar a uma ideologia como idéias abstratas e ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo. Uma das oposições básicas que caracterizaram a história do conceito de ideologia – aquela entre um sentido positivo e neutro de um lado, e de um sentido negativo e crítico do outro – já estava presente na primeira década de sua vida, embora a forma e o conteúdo dessa oposição iria mudar, consideravelmente, nas décadas que se seguiram (THOMPSON, 1995, p. 48).

Para Mészáros (2004, p. 464), o conceito de ideologia proposto por De Tracy, como uma ciência das ideias e apresentado como um “sistema educacional cientificamente fundamentado”, não passava, na verdade, de uma “uma metafísica idealista associada aos métodos de manipulação positiva”. Portanto, afirma que: “Napoleão, derrotado e abatido, estava, portanto absolutamente correto em criticar os ‘ideólogos’ por suas projeções metafísicas abstratas e pela completa incapacidade de levar em conta, em suas teorias, ‘o coração humano e as lições da história’”.

⁸ O sentido dado por Napoleão aos ideólogos do Instituto Nacional tinha um caráter pejorativo. Como os membros do Instituto representavam uma ameaça potencial às ambições de Napoleão, este procurou ridicularizar as pretensões ideológicas do instituto, dizendo que suas doutrinas era puramente especulativa abstrata

Em Karl Marx, ainda no século XIX, o conceito de ideologia irá assumir um sentido negativo, oposicional e implícito. Da mesma forma que Napoleão negativou as ideias propostas por De Tracy, Marx também criticou as concepções dos jovens hegelianos que defendiam uma batalha para mudar a realidade social através das ideias. Marx e Engels criticaram o idealismo filosófico de Hegel e dos jovens hegelianos, argumentando que essas ideias não passavam de uma ação imaginária puramente especulativa, propondo uma passagem da transcendência para a imanência.

É aí que termina a especulação, é na vida real que começa portanto a ciência real, positiva, a análise da atividade prática, do processo, do desenvolvimento prático dos homens. Cessam as frases ocas sobre a consciência, para que um saber real as substitua. Com o conhecimento da realidade, a filosofia não tem mais um meio para existir de maneira autônoma (MARX e ENGELS, 1998, p. 20).

O conceito de ideologia na obra de Marx mantinha o sentido contraditório e negativo. Apesar de ter várias concepções o sentido de negatividade estava presente em toda sua obra. Para ele, a ideologia não era um elemento positivo, progressivo ou inevitável da vida social, mas um “sintoma de uma doença, não a característica normal de uma sociedade sadia e muito menos uma medicina para cura social” (THOMPSON, 1985, p. 62).

Da concepção ideológica hegeliana - a ideologia alemã - concebida por Marx como especulativa, de base arbitrária e dogmática, Marx propõe uma concepção de ideologia concebida a partir de bases reais.

São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica (MARX e ENGELS, 1998, p. 10).

A concepção empírica da ideologia se baseia na análise sobre a maneira como os homens produzem seus meios de existência e sobre a maneira como homens manifestam sua vida: o materialismo.

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos

são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 1998, p. 11).

Com Marx, o conceito de ideologia passa “do reino de Deus ao reino dos homens” (MARX e ENGELS, 1998, p. 39), ou seja, a ideologia passa a ser analisada a partir das relações reais existentes, do modo de vida dos homens, dos homens em seu determinado contexto social, das relações de trabalho e do proletariado e suas condições reais de vida. Marx quer conhecer “as relações humanas”, “do homem para com o homem” (MARX e ENGELS, 1998, p. 46). Com ele o conceito de ideologia se torna empírico, observável, se torna um conceito reconhecido teoricamente.

Depois de Marx o conceito de ideologia tomou um viés diferente, isso aconteceu não só dentro do marxismo, mas também fora dele, onde o conceito tendeu a uma neutralização, perdendo assim seu caráter exclusivamente negativo.

Com os marxistas⁹ a neutralização do conceito de ideologia aparece tanto em Lênin quanto em Lukács. Ambos propõem uma ideologia socialista – a ideologia do proletariado – com objetivo de confrontar a ideologia da classe dominante – a ideologia da burguesia. Para Lênin a elaboração da ideologia do proletariado seria elaborada pelos intelectuais e imediatamente colocada em prática, já Lukács defendia um amadurecimento do proletariado para que fosse colocada em prática a ideologia socialista.

Enquanto em Marx a ideologia aparece com um sentido negativo, concebida a partir de uma relação simétrica, ou seja, a ideologia de uma classe dominante – a burguesia – que dominava e alienava a classe operária, visto que: “as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante” (MARX e ENGELS, 1988 p. 94); o conceito de ideologia em Lênin e Lukács adquire um sentido neutro e generalizante, concebida a partir de uma relação assimétrica entre a ideologia da classe dominante e a ideologia socialista e como uma estratégia para a luta de classes.

⁹ Geralmente são chamados de marxistas àquelas pessoas que manifestam concordar com o conjunto das teses de Marx ou, em alguns casos, dos principais marxistas.

Fora do marxismo no começo do século passado, o conceito de ideologia assume um caráter positivo, com Karl Mannheim, que propõe analisar todos os fatores sociais que influenciam o pensamento.

A diferença do conceito de ideologia de Mannheim para Marx é que este tinha uma concepção particular de ideologia, realizando apenas uma crítica ao adversário sem realizar uma autocrítica. Já Mannheim propõe analisar a ideologia se baseando numa formulação geral de uma concepção total de ideologia, inclusive uma autocrítica.

Com Mannheim, a análise da ideologia se transformou numa sociologia do conhecimento cuja proposta é dar um passo além do caráter partidário que alguns teóricos do marxismo estavam presos. A sociologia do conhecimento pressupõe não um retorno as concepções iluministas da ciência da ideologia nos pressupostos de De Tracy, mas uma concepção autoreflexiva.

1.2.1. Uma nova alternativa ao conceito de ideologia: John B. Thompson

Uma alternativa contemporânea para o conceito de ideologia surgiu com Thompson, que afirma não ter pretensão de fazer uma síntese, mas contribui para o estudo de uma formulação alternativa de ideologia.

Thompson (1995) divide a concepção de ideologia em dois tipos. A primeira seria “concepção neutra de ideologia”, onde estariam presentes as várias ideias de ideologia propostas por autores anteriores, definida por Thompson (1995) da seguinte forma:

Concepções neutras são aquelas que tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com interesses de algum grupo em particular (THOMPSON, 1995, p. 72).

Nessa concepção a ideologia não tem facção, serve tanto para grupos dominantes, como para grupos dominados. A ideologia pode estar em qualquer tipo de programa político.

O segundo tipo de concepção empregada por Thompson é o que ele chama de “concepção crítica de ideologia”. Definida como:

Concepções críticas são aquelas que possuem um sentido negativo crítico ou pejorativo. Diferentemente das concepções neutras, as concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia - ou como ideológico - é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômeno como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos (THOMPSON, 1995, p.73).

Esse tipo de concepção de ideologia vai se diferenciar da anterior quando afirma que os fenômenos caracterizados como ideológicos são enganadores, ilusórios ou parciais.

Thompson afirma que não tem como objetivo fazer uma síntese do pensamento desenvolvido anteriormente sobre o termo, na verdade o que ele propõe é contribuir para conceito de ideologia, definindo-o como uma formulação alternativa. Os objetivos de Thompson são “um tanto mais construtivos e mais modestos. São mais construtivos, no sentido de que procurei desenvolver uma nova formulação do conceito de ideologia, ao invés de reabilitar alguma concepção anterior” (THOMPSON, 1995, p. 72).

Em sua nova formulação Thompson elabora uma “concepção crítica de ideologia”, combatendo o que ele chamou de “neutralidade do conceito de ideologia”. Dessa percepção neutra, ele não vai se interessar por nenhum aspecto. O que Thompson vai absorver são algumas ideias daqueles teóricos que ele mesmo definiu como “críticos” (Napoleão e Karl Marx).

Da obra de Marx, Thompson elabora o conceito de “concepção latente de ideologia” a partir das leituras dos termos como “ilusões”, “espíritos do passado” e “fantasmas que andam no meio do povo” e da análise sobre os eventos ocorridos na França em 1848-51 para mostrar que em tempo de crise um povo pode voltar ao passado.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, s/d, p. 203).

Para Thompson, Marx enfatizou o papel primordial das formas simbólicas, incluindo a importância da análise da tradição e da história. Portanto, a “concepção do latente” elaborada por Thompson revela a importância que deve ser atribuída à tradição e à história, ou seja, às circunstâncias sociais e históricas em que ocorrem as relações de dominação. Neste pressuposto a ideologia também vai ser percebida como um sistema de representações, que escondem e enganam.

Em Thompson, o critério de negatividade da concepção crítica de ideologia - existente desde Napoleão passando também pela análise de ideologia proposta por Marx - vai ser modificado. Na “concepção do latente” não há necessidade que as formas ideológicas sejam errôneas e ilusórias, o que vai interessar é como as fórmulas simbólicas servem em circunstâncias particulares e como isso pode estar relacionado com a relação de dominação.

Em Marx o eixo principal para as desigualdades se dá através das relações de classe. A ideologia serve como critério para sustentar as relações de dominação.

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominante; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também á classe dominante. (MARX e ENGELS, 1998, p. 48)

Apesar de concordar com a importância da luta de classes como o eixo principal das desigualdades, Thompson deixa claro a relevância de dissociar o termo ideologia da dominação de classes: “se devemos elogiar a preocupação de Marx com as relações de classe, devemos também, cortar o elo entre o conceito de ideologia e o de dominação de classe. Esse elo deve ser visto como contingente, ao invés de necessário” (THOMPSON, 1995, p. 78).

Thompson não se contrapõe a essa denominação, afirma inclusive que as relações de classe formam a base da desigualdade. É através da relação de dominação de uma classe sobre outra que as diferenças vão ser estabelecidas. Mas em sua nova formulação de ideologia, Thompson inclui outros tipos de desigualdades como: relação entre sexos, entre grupos étnicos, entre indivíduos e o Estado, etc.

A concepção crítica de ideologia proposta por Thompson passa por três vieses: a noção de sentido; o conceito de dominação e as maneiras como o sentido podem servir para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Para Thompson um fenômeno ideológico pode sim ser um fenômeno simbólico, porém, esse último deverá estar relacionado em circunstâncias sócio-históricas específicas, mantendo uma relação de dominação. O fenômeno simbólico sem essas circunstâncias não serve para compreender tais relações de dominação, dessa forma, só é possível compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos quando os fenômenos simbólicos estiverem dentro de um determinado contexto sócio-histórico estruturado.

Dessa forma, a importância da contribuição de Thompson reside na construção de uma nova concepção de ideologia. Estudar ideologia para Thompson (1995, p. 76) é “estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

A importância de estudar o conceito de ideologia e estabelecer um critério sobre tal se deu com a necessidade de entender como a imprensa se utilizava da ideologia para divulgar as notícias sobre a Intentona Comunista de 1935 através dos seus enunciados. Percebem-se nos enunciados dos jornais oficiais que circulavam no período da intentona um forte apelo à necessidade de se combater os “revoltosos” do movimento de 1935. As manchetes estavam repletas de palavras pejorativas contrárias àqueles que participaram do levante, dessa forma o estudo sobre ideologia nos permite compreender como a ideologia era utilizada pela imprensa para sobrepujar todos que participaram do levante comunista de 1935.

1.3. Análise de Discurso

O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência (FOUCAULT, 2005, p. 171).

A análise de discurso estuda o texto e suas relações ideológicas com o poder. Entre as condições de produção de um discurso temos: o locutor; o interlocutor; o contexto imediato que são as circunstâncias da enunciação; o contexto amplo que são as condições de produção e que inclui o contexto social, histórico, ideológico e político; a História, ou seja, a produção dos acontecimentos, feita através de um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas; e o interdiscurso que é, segundo Orlandi (1999):

Todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentidos. E isto é feito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (ORLANDI, 1999, p. 33-34).

Outros elementos também podem aparecer na análise do discurso, tais como: o uso de metáforas, a polissemia dos sentidos e o recurso à memória através da lembrança de um passado coletivo.

Em análise de discurso é essencial identificar como são produzidos os sentidos e como eles guardam uma relação com a exterioridade. Entretanto os discursos não dependem somente das intenções dos sujeitos, mas das condições em que foram produzidos, pois é o contexto que traz a representação e que produz sentido e significado. Assim, as condições de produção de um discurso compreendem fundamentalmente a relação entre sujeito e situação, é nesse sentido que para realizar a análise de discurso é imprescindível perceber as relações entre texto e contexto, já que as condições de produção de um discurso incluem o contexto sócio-histórico e ideológico em que foi produzido (ORLANDI, 1999).

Dessa relação entre discurso e ideologia, M. Pêcheux (1975, in. ORLANDI, 1999) considera que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Quando o sujeito expressa suas ideias, estas estão entranhadas nas formas ideológicas que perpassam a posição desse sujeito na sociedade (AMARAL, 2005, p.45). Dessa forma:

As condições de produção de um discurso, pois, estão relacionadas à totalidade do processo sócio-histórico, um processo social em movimento que supõe indivíduos em relação com a cultura, a sociedade e a economia, tudo isso constituindo a substância da história (AMARAL, 2005, p. 35).

Diante disto, o discurso longe de ser elemento transparente ou neutro, é um dos lugares onde a política exerce, de modo mais privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 1996).

Essa discussão sobre análise de discurso, bem como as questões discutidas anteriormente sobre os conceitos de direita, esquerda e ideologia são importantes para perceber qual o discurso que é produzido pela imprensa sobre a esquerda. Entretanto, essas discussões apontam para a necessidade de outros conceitos: o de ordem e desordem, já que observamos nos jornais pesquisados que esses termos tinham certa frequência nas suas manchetes, relacionando sempre desordem com a esquerda e ordem com a direita.

Os considerados de esquerda eram concebidos como os que pretendiam deflagrar um movimento que levaria ao caos a desordem e aqueles que queriam manter o poder constitucional eram considerados como direita por tentarem manter a ordem. Numa manchete do Diário de Pernambuco de 28 de novembro de 1935, podemos observar como o termo ordem é usado, o que faz com que o termo desordem fique implícito no enunciado.

O sacrifício de centenas de Brasileiros dignos sugere um compromisso sagrado de defesa das instituições e da ordem (Diário de Pernambuco 28 de novembro de 1935)

Observamos nesta manchete um objetivo de mostrar, mesmo que de forma implícita, aos leitores desse jornal, que aqueles que defenderam a ordem das instituições são pessoas dignas, ficando embutido no texto dentro do contexto da época que aqueles que tentaram,

mesmo sem sucesso, derrubar o poder, eram pessoas indignas, que pretendiam estabelecer a desordem dentro de um Estado de direito. A temática ordem e desordem nortearam diversas manchetes jornalísticas da imprensa escrita da década de 30, a Intentona Comunista, por exemplo, foi anunciada pelos jornais pernambucanos, tais como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Comércio, como sendo um movimento que levaria a sociedade ao caos e a total desordem do estado, onde um regime estrangeiro e nefasto se infiltraria no país e levaria o poder constituído à desordem e o caos seria estalado no seio da sociedade brasileira¹⁰.

Essas descrições realizadas pelos jornais da época em Pernambuco mostravam o lado negativo de uma possível tomada de poder por parte dos comunistas.

A ordem ou a desordem varia de acordo com as conveniências de um determinado período histórico e a Intentona Comunista de 1935 não era conveniente para aqueles que estavam no poder, ou seja, por setores que estavam ligados ao capitalismo de mercado. A imprensa pernambucana estava incluída dentro desses setores ligados ao capitalismo de mercado já que seus representantes vendiam os espaços dos jornais para grupos empresariais que divulgavam seus produtos e isso fazia com que esses jornais adotassem uma posição de defesa a “ordem constituída”, que era o poder político estabelecido à época, ou seja, o governo de Getúlio Vargas, sendo inviável uma doutrina de pensamento de esquerda.

A construção de uma desordem criada pelos jornais pernambucanos quando descrevem o movimento de esquerda que tentou tomar o poder no Brasil em 1935 se encaixava com as necessidades daqueles que estavam em oposição ao regime de esquerda que poderia ser implantado, o objetivo era desarticular o movimento construindo uma imagem negativa que esse movimento poderia trazer para o país.

Podemos verificar o discurso da desordem em várias manchetes publicadas nos jornais em Pernambuco no período da Intentona Comunista, tal como a manchete do Jornal do Comércio do dia 30 de novembro de 1935 que trazia uma matéria publicada pelo Jornal do Brasil do mesmo ano:

¹⁰ O regime ao quais os jornais falavam é o comunismo que, segundo esses jornais, levaria a sociedade brasileira ao caos.

Commentando a situação brasileira, diz o “jornal do Brasil” que estamos deante de magnífica oportunidade para pôr termos à desordem e a inquietação que, dia a dia se vinham infiltrando nos espíritos, oportunidade que se não deve perder ou eclipsar. (Jornal do Comércio de 30 de novembro de 1935. APEJE/PE).

Nesta matéria o termo desordem traz um sentido negativo e mostra que é uma boa oportunidade de colocar as coisas na ordem. A ideia de mostrar o Movimento de 1935 como desordenado e que levaria tudo a um desequilíbrio foi uma constante nas manchetes dos jornais de Pernambuco. É a ordem sendo colocado em cheque, o perigo de uma mudança que traria a desordem.

Para o sociólogo Balandier, a tradição de uma determinada sociedade contribui para um receio, onde a mudança pode levar a uma misteriosa aventura. Esse novo caminho pode ser entendido como nefasto levando a sociedade ao caos.

a tradição mantém a presença dos deuses, das entidades, das forças, ou seja, das potencias que a todos se impõem, sobrepõe como fatores de ordem em um mundo humano, onde a desordem trabalha permanentemente (BALANDIER, 1920, p.122).

Podemos admitir, portanto que o discurso não é um elemento transparente ou neutro, por traz de todo discurso há algum tipo de interesse, como afirma Michel Foucault:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8 - 9).

Produzir discursos para manter o poder constituído foi uma forma que os jornais de Pernambuco utilizaram para deturpar o movimento de 1935. O não dizer tem diferentes formas de ser dito e isso pode ser observado na manchete do Jornal do Comércio do dia 30 de novembro de 1935 que trazia em letras graúdas a seguinte descrição sobre a Intentona Comunista: “O golpe extremista deflagrado, domingo último, contra a ordem legal”. Se o golpe dos extremistas era contra a ordem legal, fica implícita nessa manchete a clara intenção desse jornal em colocar o movimento como sendo nociva a toda sociedade. Se há uma ordem legal o pressuposto é que o movimento queria impor uma ordem ilegal, dessa

forma o não dito está presente, subtendendo assim a intenção do enunciado. Outra maneira de trabalhar com o não dito é através do silêncio, pois é no silêncio que o sentido pode sempre ser outro, conforme aponta Orlandi (1999):

Este pode ser pensando como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido (ORLANDI, 1999, p.89).

A relação feita pelos jornais pernambucanos com o tema ordem *versus* desordem e direita *versus* esquerda está presente em muitas manchetes dos jornais daquele período. A repetição sobre esse tema é uma constante nos enunciados com a intenção relacionar o movimento como algo prejudicial a toda sociedade.

A importância de analisar essa relação entre essas dicotomias também está relacionada com a funcionalidade da imprensa, que se utilizou desses temas de forma muitas vezes deturpada e contribuiu para uma visão negativa daqueles que estavam defendendo o levante de 1935. E essa visão pejorativa intencional trouxe sérias conseqüências para a esquerda no Brasil.

Como exemplo, podemos apontar uma associação da esquerda com comunismo consequentemente, algo deplorável onde teria que ser banido a qualquer custo. Esse tipo de discurso era bastante recorrente na imprensa com o apoio e consentimento do Estado que tinha um regime capitalista e não admitia outro tipo de regime e em alguns casos, da Igreja Católica, que muitas vezes associava o comunismo ao ateísmo. Dessa forma ficou para a imprensa o papel de difundir de forma negativa as idéias comunistas da intentona de 1935.

Parte II

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

2.1. Sociologia e História: aproximações, diferenças e contribuições

A Sociologia pode bem ser definida como o estudo da sociedade humana, com ênfase na generalização da sua estrutura. A História pode ser definida como o estudo das sociedades humanas, com ênfase nas diferenças entre elas e nas mudanças verificadas ao longo do tempo em cada uma. As duas abordagens são obviamente complementares (BURKE, 1980, p.9).

O diálogo entre as disciplinas Sociologia e História é sem dúvida relevante para o desenvolvimento teórico e metodológico de ambas, pois as liberta de um pensamento provinciano que, durante muito tempo, impediu que essas disciplinas trabalhassem com métodos ditos exclusivos da sociologia ou da história. Não quero aqui defender uma junção entre essas disciplinas, mas apenas mostrar o quanto uma pode contribuir com a outra.

A longa intriga entre os sociólogos e historiadores fez com que essas disciplinas se afastassem cada vez mais, isso aconteceu devido a um olhar desviado que fez com que ambas não enxergassem a potencialidade da outra. Esse tipo de pensamento provinciano ocorreu muitas vezes por intrigas analíticas, conforme afirma Peter Burke (1980) quando sociólogos e historiadores tendem a compreender o outro com base num grosseiro estereótipo.

Os sociólogos muitas vezes veem a História como se estivessem na fase da narrativa sem análise, por sua vez os historiadores ainda enxergam os sociólogos no período das grandes generalizações quando a pesquisa empírica não era levada em consideração. Esse pensamento histórico rankeano e sociológico comteano foram revisto ainda no século XIX. A introdução de novas técnicas fez com que os dois lados contribuíssem um com o outro, sem que perdessem suas especificidades.

A Sociologia e a História sem dúvida são disciplinas com muitas diferenças. Antes do século XIX não havia disputas entre elas, os sociólogos e os historiadores não se enfrentavam, pois a sociologia ainda não era considerada uma disciplina autônoma apesar de haver alguns pensadores como Montesquieu, Adam Forguson e John Millar que reclamavam o título de sociólogos, porém não eram percebidos como tal e, mesmo Karl

Marx, Émile Durkheim e Max Weber, considerados como sociólogos, nunca exprimiram a intenção de serem reconhecidos como sociólogos.

Apesar de Montesquieu, Ferguson e Millar reclamarem serem os fundadores da sociologia, o que se observa é que suas obras utilizaram a História em suas análises, conforme aponta Peter Burke (1980),

No entanto, qualquer um poderia considerar também aquele trio como analítico ou usando o termo do século XVIII, como Historiadores – filosóficos – todos se serviram da História para os seus exemplos e os três escreveram monografias Históricas (BURKE, 1980, p. 11).

Mesmo depois de cem anos, podemos observar que teóricos sociais como Karl Marx discutem com grande frequência exemplos históricos em seus livros como *O Capital* e *A ideologia alemã* e em tantas outras obras. Tanto Marx como Engels utilizavam a História, e seus trabalhos podem ser descritos como sendo de Filosofia da História. A relação entre sociologia e história fez com que parte das obras de Karl Marx fosse considerada compêndios históricos já que o autor dividia o passado em três eras: a primeira como a era da religião, depois a era da metafísica e a era da ciência.

Herbert Spencer, outro teórico social importante, também utilizava o processo de evolução social a partir da História. O método implantado por Marx e Spencer é o método comparativo que também era utilizado por outros teóricos de sua época como August Comte. O método comparativo pode ser considerado como um método histórico na medida em que postula uma busca do passado através dos costumes, percebendo-os a partir de estados evolutivos que vão desde o estado mais selvagem até a civilização.

Podemos observar ainda nas obras de outros teóricos sociais como Émile Durkheim e Max Weber, que a História também fez parte de suas pesquisas. Durkheim, por exemplo, escreveu uma história da educação na França e em sua revista *Année Sociologique* era permitido fazer críticas de livros de História que percebiam a história através de eventos e acontecimentos, ou seja, uma história factual. É nesse sentido que Peter Burke (1980) comenta que era muito provável que Durkheim aprovasse historiadores franceses da *Escola*

*dos Annales*¹¹, tais como Lucien Febvre e Marc Bloch que rejeitavam também uma história dos fatos

Já Max Weber escreveu vários livros nos quais se utilizava da História em suas análises, tais como *A História Agrária de Roma* e *A ética protestante e o espírito capitalista*.

Por volta dos anos de 1920, houve uma grande rejeição por parte dos sociólogos em relação ao uso da História em suas análises. Antropólogos e Sociólogos racharam de vez o estudo com o passado, isso se deu principalmente com um novo método formulado pelo antropólogo britânico Bronislaw Malinowski que mostrou a importância da análise do presente etnográfico através do trabalho de campo, também conhecido como observação participante. O trabalho de campo não foi uma teoria totalmente nova já que também foi defendido por outros teóricos como Franz Boas e Radcliffe-Brown, mas foi com Malinowski que a observação participativa virou o método antropológico *par excellence*, através do rompimento definitivamente com o passado.

Assim, os Sociólogos também começaram a extrair cada vez mais os seus dados da sociedade contemporânea, utilizando principalmente estatísticas oficiais, como pode ser observado na obra de Durkheim *O suicídio*. As explicações históricas começaram a ser criticadas pelos sociólogos por serem consideradas especulativas e irrelevantes, apesar de Durkheim ter conciliado, muitas vezes, seu trabalho com a História. O funcionalismo de Malinowski abandonou por completo a História, o passado estava morto e enterrado.

Porém, ainda nos anos de 1920 havia outros sociólogos que se utilizavam da História em suas análises, Karl Mannheim é um exemplo desses sociólogos que utilizou da História ao discutir a sociologia do conhecimento,

Nos anos 30 Robert Merton investigou as ligações entre o puritanismo e a ciência na Inglaterra do século XVII, um estudo de caso na tradição de Max Weber, enquanto Nobert Elias, um seguidor de Mannheim, escrevia o seu grande estudo o processo civilizacional, um livro que poderá ser descrito como uma interpretação Sociológica da História da Europa, da idade média em diante (BURKE, 1980).

¹¹ A escola dos Anais é uma corrente Historiográfica Francesa, que ficou conhecida por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.

Com o aparecimento da História Social houve uma maior ligação entre a Sociologia e a História. A crítica à História Política de Ranke era cada vez mais aplicada por diversos historiadores que perceberam um reducionismo na História Rankeana. A História Social obteve então um grande sucesso na França e nos Estados Unidos. Surge à Nova História, ligada a questões sociais e totalmente aberta às ciências sociais, mais apesar disto, continuavam os confrontos entre sociólogos e historiadores mais conservadores.

Com o surgimento da História Social os historiadores ficaram mais abertos às Ciências Sociais. Historiadores como Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, estavam muito mais próximos da Sociologia, Braudel, por exemplo, dizia que a História e a Sociologia deveriam estar particularmente em contato, pois eram disciplinas que trabalhavam com a experiência do homem como um todo.

Sem dúvida uma aproximação cada vez maior entre sociólogos e historiadores fez com que houvesse uma contribuição para ambas as disciplinas, não há mais espaço para um pensamento retrógrado onde alguns tendem a não aceitar essa aproximação. Apesar de serem disciplinas distintas, com valores, linguagens e estilos de pensamento próprio, ficar preso às próprias entranhas das disciplinas, desmerecendo totalmente a possibilidade contributiva que uma pode oferecer a outra, é sem dúvida engessar o pensamento crítico de ambas.

Seja uma História Social ou uma Sociologia Histórica, a importância é a contribuição que o diálogo entre ambas – Sociologia e História – oferece para uma análise mais apuradas dos fatos sociais. É nesse sentido que é necessária uma análise sócio-histórica das décadas de 20 e 30, para entender o Brasil em seu contexto político, econômico e social. A importância de contextualizar historicamente esses períodos ocorre para uma melhor compreensão do objeto de estudo, ou seja, para entender como a imprensa de Pernambuco ajudou a construir a imagem da esquerda no Brasil. Dessa forma, a importância de entender a estrutura da sociedade dos anos de 1920 e 1930 se tornou fundamental, já que a análise desses períodos se torna extremamente relevante para perceber como a sociedade estava inserida dentro de seu contexto sócio-político.

2.2. A década de 20 no Brasil: uma análise Sócio-Histórica

Na devastação liberal da década de 20, o nacionalismo da ordem, da autoridade e da tradição se amoldará ao presidencialismo reformado, de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes (FAORO, 1997, p.673).

Os anos 20 no Brasil, são considerados como um período marcado por tentativas de modernização econômica, pela urbanização, pela efervescência cultural, política e social.

O processo político-partidário da Primeira República¹² foi extremamente tumultuado até o governo de Campos Sales, quando foi instituída a política dos governadores sob a hegemonia do eixo São Paulo e Minas Gerais, pondo fim aos problemas partidários relacionados à formação das estruturas de dominação nos Estados.

Maria do Carmo Campelo e Silva (1990), ao analisar o governo de Campos Sales admitirá que a partir dele:

Deputados e senadores garantiam-se a si próprio mandatos sólidos e intermináveis no Congresso e a seu partido longo domínio do poder no Estado, iniciou-se a implementação das oligarquias estaduais, cujo poder se fecharia às tentativas conquistadoras das oposições que surgisse. Instituíra-se a norma básica da “política dos governadores” que deveria propiciar ao regime federativo o equilíbrio procurado nos anos anteriores. Sob sua égide fluiria a República até 1930 (SILVA, 1990, p. 185).

O eixo São Paulo e Minas Gerais garantiam não só a hegemonia do processo político partidário como o processo econômico, com a economia agrário-exportadora voltada para a monocultura cafeeira.

No final da década de 20 a economia brasileira se deparou com um tipo de colapso verdadeiramente mundial: a Crise de 1929 (HOBSBAWN, 1995)¹³ e que abalou a economia do Brasil baseada na monocultura cafeeira de exportação, esta, já se sentia vulnerável após a Primeira Guerra Mundial, pois o mundo tendia cada vez mais à autarquia

¹² A primeira República, também conhecida como República Velha, foi o período que abrange a Proclamação da República até a revolução de 1930.

¹³ A crise de 1929 foi a primeira grande crise do capitalismo, conhecida também como a grande depressão. Estendeu-se até o final da segunda guerra mundial.

e ao protecionismo. Com o advento da Crise de 1929 o produto exportador brasileiro sofre uma queda de preços, o governo brasileiro por sua vez não consegue contornar a crise que abala o café, resultando na desestruturação da economia brasileira.

O quadro estrutural político-econômico, que se encontrava o Brasil nos anos 20 refletiu na estrutura social. A década de 20 foi um período onde o país ansiava por mudanças caracterizadas pela luta por participação política de grupos emergentes que, até então, se encontravam fora do processo pelas limitações impostas pelos “donos” do café-com-leite. Marly Viana (1992) analisa os anos 20 como sendo caracterizado pelo:

lento mas constante desenvolvimento industrial do Brasil desde a desintegração da escravidão permitia, já nos anos 20, que se repensasse o país. A aspiração de torná-lo uma potência de peso internacional era compartilhada pelos grupos desvinculados da economia agrário-exportadora, grupos em crescente expressão social, que lutavam por uma participação política que correspondesse a esse papel, ou melhor dizendo, ao papel que consideravam que lhes correspondesse. Foi o caso principalmente dos jovens militares, mas também de outras camadas caracteristicamente urbanas: profissionais liberais, professores, estudantes (VIANA, 1992, p. 32).

Dentro dessa perspectiva, a década de 20 será marcada pelas Rebeliões Tenentistas, a primeira em 1922 ficou conhecida como Revolta do Forte de Copacabana, foi, a princípio, uma reação contra a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e do fechamento do Clube Militar¹⁴ pelo Governador Artur Bernardes. A segunda em 1924, conhecida como Revolução Tenentista de São Paulo, resultou em levantes militares em Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul.

Os revoltosos do Rio Grande do Sul, em outubro de 1924, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes, iniciaram a legendária marcha que ficou conhecida como a Coluna Prestes. Considerada o maior feito da história militar do Brasil, a coluna percorreu 25 mil quilômetros do território nacional, cortando o país de sul a norte, de leste a oeste. Sua epopéia trouxe enorme prestígio aos tenentes, em especial a Prestes, que passou a ser conhecido como o Cavaleiro da Esperança.

¹⁴ O Clube Militar está localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi fundado no segundo reinado de D. Pedro II. Destacou-se por suas atuações durante a guerra do Paraguai, onde seus membros reivindicavam participar do cenário política Brasileiro.

Os jovens militares simpatizavam com um regime militar que moralizasse o país. Estavam certos de que só assim o Brasil seria conduzido ao caminho do desenvolvimento nacional, da honestidade no trato da coisa pública, de uma “democracia” baseada na ordem e progresso. Consideravam também que a única forma de alcançar seus ideais de regenerar a República era através da luta armada, que teria início nos quartéis.

Os tenentes lutavam também pelo voto secreto e pela honestidade nas eleições, o que chamavam de “verdade eleitoral”. Eram contrários aos abusos dos políticos - que consideravam quase todos corruptos - bem como as constantes fraudes eleitorais. Além disso, defendiam medidas que viessem a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que pregavam o aceleração da industrialização do país como uma maneira de torná-lo independente.

O quadro político da década de 1920 agrava-se com o problema sucessório de 1930, quando Minas Gerais sentiu-se à margem do poder federal dentro da visão política das oligarquias, ou seja, da política do café-com-leite¹⁵, em que o sucessor à presidência seria um mineiro, mas o presidente em exercício, Washington Luís, indicou outro paulista. Do descontentamento da oligarquia mineira surgiu a Aliança Liberal, união entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, lançando à candidatura de Getúlio Vargas que era um político originário do Rio Grande do Sul à presidência da república e para vice-presidência João Pessoa, um político paraibano.

A Aliança Liberal é analisada por Bóris Fausto (1990) como:

Frente de oposições estaduais, a Aliança não é um partido político, nem exprime interesses industriais, mas a reivindicações de vários grupos desvinculados da economia cafeeira; assume timidamente estas reivindicações econômicas e faz da reforma política o centro de seu programa; não é, enfim, um agrupamento revolucionário e sim um instrumento de pressão (FAUSTO, 1990, p. 234-235).

A Aliança Liberal não consegue se eleger devido à Máquina Eleitoral, mesmo assim chega ao poder apoiado pelos tenentes e por várias camadas da sociedade. Getúlio Vargas toma posse provisoriamente, mas passa quinze anos no poder.

15 A república do café-com-leite foi uma política de revezamento do poder que houve durante o período da república velha, entre dois Estados brasileiro: São Paulo e Minas Gerais.

A esquerda no Brasil, no início do século XX, tinha no anarquismo e o anarco-sindicalismo uma tendência majoritária entre o operariado brasileiro. Formando um pequeno proletariado de origem espanhola e italiana. O anarquismo ganhou força com a grande imigração de operários europeus entre fins do século XIX e início do século posterior.

O declínio do movimento anarquista se deveu pelo fortalecimento dos seguidores do socialismo imperioso, com a criação do PCB em 1922. O partido comunista tinha em seus quadros ex-integrantes do movimento anarquista que foram de certa forma influenciados pelo sucesso da revolução Russa, e fundaram um partido aos padrões do partido bolchevista russo. Mesmo com o enfraquecimento dos anarquistas, esse grupo foi atuante no início dos anos 20 juntamente com o Partido Comunista Brasileiro, ambos tiveram uma importância fundamental para consolidação do movimento de esquerda no Brasil.

2.3. A década de 30 no Brasil: uma análise Sócio-Histórica

A óptica dos homens que ocupam o catete, a 3 de novembro de 1930, será adversa ao esquema da política dos governadores, mas se compreende dentro de suas coordenadas mentais (FAORO, 1997, p. 687).

A década de trinta no Brasil começou bastante agitada devido às constantes fraudes que ocorria nas eleições e os abusos por partes dos políticos ligados aos cafeicultores paulistas e as insatisfações das oligarquias que estavam fora do poder político, como a oligarquia do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, resultou na ruptura das relações políticas. São Paulo rompeu a aliança com os mineiros representada pela tradição do café com leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro, apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Dornelles Vargas gerando um forte sentimento de revolta por parte de setores ligados aos militares e políticos de oposição brasileira.

A insatisfação aumentou ainda mais no primeiro dia de março de 1930, nas eleições para presidente da República, que saiu vitorioso o candidato governista Júlio Prestes, que não tomou posse em virtude do golpe de estado desencadeado no terceiro dia de mês de outubro de 1930. A Aliança Liberal¹⁶ se recusou a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude, fazendo com que se iniciasse uma revolta principalmente em Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. O estopim para o golpe se deu em julho de 1930 com o assassinato do candidato a vice na chapa de Júlio Prestes, João Pessoa, que foi assassinado por João Dantas em Recife por motivações políticas e de ordem pessoal. Esse foi o motivo para a oposição da o golpe em 1930. Para Moisés Vinhas (1982, p.67). “a chamada” Revolução de 30” não representou uma ruptura radical com as antigas relações sociais e com os velhos métodos e hábitos da vida política brasileira, nem extirpou o latifúndio e o imperialismo”.

¹⁶ A Aliança Liberal foi uma aliança política que tinha o objetivo de unir grande parte dos opositores à candidatura de Júlio Prestes à presidência da república em 1930.

Quem assumiu o governo de forma provisória foi o candidato da oposição o gaúcho Vargas, colocando o fim da república velha e começando um novo período da história brasileira, conhecida como a “Era Vargas”, que vai de 1930 a 1945.

É com esse clima de insatisfação por parte dos situacionistas que desenvolve o movimento “revolucionário” de 1930. Esse foi um movimento armado liderado pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul que culminou com o golpe de estado que depôs o presidente paulista Washington Luis em 24 de outubro.

Bóris Fausto (1990) ao analisar a Revolução de 1930, revela:

Um dado oculto na revolução é o papel desempenhado pela classe operária que aparece mais como um problema do que propriamente como personagem. É possível que a definição dos diferentes setores burgueses, na década de 20, se tenham feito levando em conta o proletariado, sobretudo a partir de 1929, quando a crise gera uma série de greves nos grandes centros, tendo por objetivo a luta contra o desemprego e a defesa dos níveis de salário. O inconformismo das classes médias não é estranho a esta presença, embora obedeça a motivos específicos e a Aliança se define, em parte, pela maior atenção dedicada aos problemas sociais, ao defender a aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, com fundamento nos compromissos assumidos pelo Brasil na qualidade de signatário do Tratado de Versalhes e membro do Bureau Internacional do Trabalho. Lembremos ainda, que a existência do Partido Comunista, fundado em 1922, abre a possibilidade de uma nova opção no seio dos movimentos revolucionários existentes, como acontece no caso da mais importante ruptura no interior do tenentismo, quando Prestes se nega a apoiar a Revolução de 1930 e proclama sua adesão ao socialismo, embora não imediatamente ao P.C.B., o que se verificaria em 1934 (FAUSTO, 1990, p. 245-246).

Com a tomada do poder, a Aliança Liberal perde sua função política, pois o seu programa não correspondia aos objetivos dos principais líderes. O não cumprimento desses objetivos fará com que não só a população como também aqueles que tiveram participação ativa na Revolução, se sentisse lesados. A classe média urbana e o proletariado em geral também se encontravam insatisfeitos, pois o país ainda atravessava uma crise econômica.

Para diminuir a tensão social interna, Vargas atendeu algumas reivindicações do proletariado como: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 26 de novembro de 1930, pelo Decreto 19.433; a instituição das Juntas de Conciliação em 15 de maio de 1932 pelo Decreto 21.396; o dispór acerca do horário de trabalho no comércio em 22 de maio de 1932, pelo Decreto 21.186 e na indústria em 04 de maio de 1932 pelo Decreto 21.364; o dispór acerca do trabalho das mulheres em 17 de maio de 1933 pelo

Decreto 21.417-A, e dos menores em 03 de novembro de 1932 pelo Decreto 22.042; e Regulamentação dos Sindicatos em 19 de março de 1931, com a implantação do Decreto 19.770. No entanto, ao conceder certas garantias ao trabalhador, o governo tirou a base de sua luta através de uma política sindical controladora.

A decepção com a Revolução de 1930 e a insatisfação com o governo de Getúlio Vargas fez com que muitos militares, intelectuais, civis, entre outros, se aproximassem dos movimentos extremistas que surgiram no Brasil na década de 30, como: a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, um movimento considerado por Hélgio Trindade (1974) como o “Fascismo brasileiro da década de 30”; e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935, servindo como porta-voz do então clandestino Partido Comunista, tendo como objetivo a ideia de fazer uma “revolução autêntica¹⁷” a qual a de 30 não fizera. A partir de então começou a despertar a ideia de um novo levante, desta vez com os comunistas à frente.

¹⁷ Para o PCB a revolução de 1930 não passou apenas de um golpe Estado, e defendiam uma revolução autêntica onde o proletariado tivesse uma participação de forma efetiva.

2.4. O Partido Comunista Brasileiro (PCB): da sua fundação até a intentona comunista de 1935

A fundação do Partido Comunista do Brasileiro (PCB) ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, no dia vinte e cinco de março do ano de 1922. A princípio existiam apenas nove delegados que representavam setenta e três militantes de diferentes regiões do Brasil. Os nove primeiros delegados foram: Cristiano Cordeiro, recifense cuja profissão era contador; Abílio de Nequete que tinha origem libanesa e era barbeiro; Astrogildo Pereira, jornalista do Rio de Janeiro; João da Costa Pimenta, um gráfico paulista; Hermogêneo Silva que era eletricitista; Joaquim Barbosa, alfaiate do Rio de Janeiro; José Elias da Silva, que era sapateiro do Rio de Janeiro; Manoel Cendon, alfaiate Espanhol; e Luís Peres, um vassoureiro do Rio de Janeiro.

Foi também durante a fundação do PCB que houve o primeiro Congresso do Partido, quando foi escolhida a Comissão Central Executiva (CCE). O nome do Partido ficou determinado como Partido Comunista do Brasil, ou Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, conforme atestado no artigo 1º do seu Estatuto¹⁸:

Fica fundado por tempo indeterminado, uma sociedade, no Rio de Janeiro, ramificando-se por todo o Brasil, tendo por título-centro do Partido Comunista do Brasil, mas que será chamado Partido Comunista, seção Brasileira da Internacional Comunista.

Os primeiros delegados fundadores do Partido estavam na vanguarda da classe operária brasileira, participaram de greves nas décadas de 10 e 20, dentro do movimento anarquista¹⁹ e foram os primeiros a entender as consequências da Revolução Russa de 1917 e a importância desta para a classe operária brasileira, ainda muito incipiente naquele período.

¹⁸ Artigo 1º do Estatuto do Partido Comunista Brasileiro, aprovado no Congresso Comunista no Rio de Janeiro, em 1922.

¹⁹ Anarquismo é uma teoria libertária baseada na ausência do Estado. Nesse período no Brasil uma boa parte a classe operária estava ligada à esse movimento.

Com a implantação de indústrias no sudeste do país, a classe operária brasileira deu os primeiros passos para um movimento comunista no Brasil. O movimento operário brasileiro teve um período de fortalecimento principalmente entre os anos de 1917 e 1920. Durante esse período houve diversas greves nas principais cidades brasileiras da época e essa ascensão do movimento operário se deu principalmente depois da Revolução Comunista ocorrida em 1917 na Rússia. Vários grupos operários no Brasil e no mundo acreditavam que havia chegado o momento de colocar um fim à exploração capitalista e objetivavam a construção de uma nova sociedade.

Esses movimentos feitos pelos operários fizeram com que houvesse uma forte repressão por parte dos governantes da época, eles diziam que havia, dentro dos movimentos operários, diversos grupos estrangeiros e que esses traziam ideologias radicais para dentro do seio dos trabalhadores brasileiros. Isso fez com que o Congresso Nacional Brasileiro aprovasse a Lei de expulsão de estrangeiros que permitiu, entre outras coisas, a deportação sumária de lideranças envolvidas em distúrbios da ordem e o fechamento de organizações operárias. Essa Lei foi aprovada no ano de 1921 e os principais perseguidos foram os anarquistas, pois eles difundiam suas ideias através de congressos e de uma imprensa própria. Seus principais representantes foram Everaldo Dias, Edgard Leuenroth e José Oiticica.

Os comunistas só entraram no movimento operário a partir de 1922, ano da fundação do PCB. O PCB aparece da necessidade de divulgar as ideias comunistas dentro do movimento operário brasileiro. Essas ideias eram divulgadas através de um periódico mensal que tinha como objetivo principal divulgar a ideologia comunista de forma ampla e buscar com isso mais adeptos ao Partido. O discurso do periódico era contra as condições de vida e de trabalho dos operários nas indústrias, já que naquela época as condições de trabalho eram muito difíceis, com jornadas que chegavam até quinze horas por dia, ausência de férias e descanso semanal. Desta forma os trabalhadores começaram a se organizar em associações que tinham como finalidade dar assistência ao operariado, tais como assistência médica. Essas associações depois se tornaram a União das Ligas Operárias e logo depois, no início do século XX, formaram os primeiros sindicatos no Brasil

Com os operários cada vez mais organizados, as lutas por melhores salários e condições de trabalho ficaram cada vez mais frequentes, tendo as greves como principais aparatos de defesa. Entre os anos de 1917 a 1920 diversas greves aconteceram no Brasil. O aparecimento do PCB vem de certa forma, desta necessidade por parte dos trabalhadores de ter um partido político para lhes representar e defender seus interesses. Mas três meses depois da sua fundação, O PCB foi colocado na ilegalidade. Atuando clandestinamente, fez o seu II Congresso Nacional nos dias 16 a 18 de maio de 1925²⁰. Em janeiro de 1927 o PCB voltou à legalidade e conseguiu eleger Azevedo Lima para ocupar a Câmara dos Deputados. Em agosto do mesmo ano entrou novamente na ilegalidade e no final do ano de 1928 realizou o III Congresso Nacional do Partido, onde definiu a economia do Brasil como: agrária, semifeudal e semicolonial. Nesse mesmo período os Partidos Comunistas Internacionais tiveram sua segunda importante cisão, o comunismo soviético e internacional estava dividido entre os stalinistas e os trotskistas que atacavam os compromissos pequenos burguês da liderança stalinista. No Brasil os simpatizantes trotskistas formaram o grupo comunista leninista como afirma Chilcote (1982):

Os simpatizantes Trotskista no Brasil – relacionados em grande parte a juventude comunista – incluíam Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Aristide Lobo e Hílcar Leite. Em 1929, esses trotskistas se afastaram para formar o grupo comunista Lenine, que dois anos mais tarde reorganizaram como Legião dos Comunistas (CHILCOTE, 1982, p. 66).

O III Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil marcou também o encerramento da primeira fase da evolução do Partido. A partir daí, o PCB ficou novamente na ilegalidade até os anos de 1946, mas se utilizou de algumas siglas para manter sua ideologia e participar das eleições, como: Bloco Operário e Camponês (BOC) sigla utilizada dos anos 20 até a revolução de 1930 e Aliança Nacional Libertadora (ANL)²¹ utilizada em 1935. A utilização dessas siglas ou legendas foi a única alternativa legal encontrada pelos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro para eleger filiados para o Partido e para divulgar as ideias comunistas no seio da sociedade brasileira.

²⁰ O II Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil se realizou após um encontro, em fevereiro de 1925, com cerca de cento e cinquenta delegados de grupos do Rio de Janeiro, Niterói, Recife, São Paulo e Santos, representando aproximadamente a metade do número estimado dos membros (CHILCOTE, 1982, p. 63).

²¹ A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi um partido Político liderado pelo Partido Comunista Brasileiro, criada oficialmente em março de 1935, teve forte atuação na intentona comunista de 1935.

O começo dos anos 30 foi bastante conturbado para o Partido Comunista Brasileiro, não podendo participar efetivamente da política já que estava ilegal, o PCB resolveu adotar a política da Frente Popular que era a luta contra o fascismo. A Frente Popular incluía comunistas, socialistas e todos que gostaria de combater as forças fascistas. A ideia da Frente Popular foi, em seguida, utilizada na Aliança Nacional Libertadora que atuou como frente única para alcançar a ideologia do PCB e tornar o Brasil um país comunista. Em 12 de março de 1931 Luiz Carlos Prestes se declarou comunista, admitiu seu erro na formação da LAR²² e atacou seus companheiros tenentistas de agentes do imperialismo.

O ano de 1932 o PCB sofreu novos golpes, quando vários de seus dirigentes foram presos em São Paulo pela polícia do governo de Getúlio Vargas e sua direção ficou desmantelada. Em novembro do mesmo ano, através de uma Conferência Nacional do Partido Comunista, foi eleito o seu novo Comitê Central (CC), para o cargo de assessor foi eleito Adalberto Fernandes que mais tarde foi o secretário do Partido Comunista e entregou vários de seus companheiros à polícia. A história de Adalberto Fernandes, também conhecido dentro do Partido Comunista Brasileiro como Miranda ou Mira, é bastante obscura por ser uma das trajetórias mais rápidas dentro do Partido Comunista Brasileiro, já que em menos de dois anos se tornou Secretário Geral do Partido, tendo sido também dirigente da Liga de Ação Revolucionária (LAR). Miranda foi eleito Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro em 1934 numa Conferência Nacional,

Em 1934 uma nova Conferência Nacional elegeu Miranda como Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro e afastou do CC alguns antigos militantes. O novo Secretário Geral dirigiu-se então para Moscou, onde apóia as teses de Prestes, que lá se encontrava favoráveis à eclosão de um movimento revolucionário no Brasil sob a direção do “cavaleiro da esperança” (PACHECO, 1999, p.163).

A ideia de colocar em prática um movimento revolucionário no Brasil fez com que a vinda de Prestes fosse acelerada e em abril do ano de 1935 Prestes chegou ao Brasil utilizando um nome falso (Antônio Vilar, de nacionalidade portuguesa). Junto com ele

²² Liga de Ação Revolucionária (LAR) foi lançada através de um novo manifesto ao povo brasileiro em julho de 1930. A LAR era qualificada como “órgão técnico” de preparação para a revolução dos trabalhadores rurais e urbanos, assim como da pequena burguesia empobrecida. Essa revolução seria dirigida pelo proletariado, orientado pelo PCB.

vieram dois importantes militantes comunistas: o alemão Artur Ewert, utilizando o nome de Harri Berger; e o secretário do Partido Comunista Argentino, Rodolfo Ghioldi. Esses, juntamente com um grupo muito restrito da Direção do Partido Comunista, elaboraram o Levante de 1935. Nesse mesmo ano o Partido Comunista faz sua grande tentativa de tomar o poder através da força. O Comando Revolucionário encabeçado por Prestes e os especialistas da Internacional Comunista estabeleceram o Quartel General da Revolução no Rio de Janeiro, então centro do poder político nacional.

Pernambuco, por sua vez, era também considerado um Estado estratégico para a Revolução, isso porque sua importância decorria tanto da sua posição no contexto regional quanto da presença do PCB nos meios operários. Era um dos Estados onde a organização comunista estava melhor organizada com células entre os operários ferroviários, marítimos, gráficos, padeiros e na área militar. Em virtude deste fato e de Pernambuco ser uma “metrópole regional”, foi instalado a sede do Secretariado do Nordeste do Partido Comunista do Brasil. A eclosão da Intentona Comunista em 1935 é analisada por José Campos de Araújo (1981) como:

Fruto de uma conjuntura mundial e, em particular, no Brasil, das circunstâncias oriundas do período revolucionário - da década de 20 e início de 30 - e, também, pela inexistência, na época, de uma infra-estrutura adequada, voltada para segurança nacional (ARAÚJO, 1981, p. 20).

Sem êxito, principalmente por não haver uma estratégia definida, o movimento logo foi controlado pelas forças “legalistas” do presidente Getúlio Vargas. O PCB teve então o pior momento desde a sua fundação, pois as perseguições se deram em âmbito nacional quando foi instaurado no país um estado de sítio e vários membros do partido foram presos, como foi o caso de Luís Carlos Prestes e sua esposa a alemã Olga Benário²³ de origem judaica que depois foi mandada pelo governo de Getúlio Vargas para a Alemanha nazista, onde foi morta pelo regime nazista em um campo de concentração na Alemanha.

A importância do PCB na Intentona Comunista foi fundamental, apesar do fracasso do movimento, o Partido mostrou que mesmo na ilegalidade e se utilizando de outras siglas para divulgar suas ideias foi possível criar um movimento revolucionário no Brasil.

²³ Era comunista alemã, de origem judaica, e esposa de Luís Carlos Prestes foi entregue pela ditadura getulista para ser morta pelo regime nazista em um campo de concentração

2.5. A Intentona

Os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas foram marcados por um forte centralismo e autoritarismo, fazendo com que setores das oligarquias tradicionais brasileira preparassem uma conspiração ao governo culminando com a Revolução Constitucionalista de 1932, sendo os cafeicultores de São Paulo os seus principais representantes. Apesar do levante não ter tido êxito, Getúlio Vargas foi obrigado a convocar eleições para a formação da Constituinte que foi promulgada em junho de 1934 elegendo-o de forma indireta presidente do Brasil, pois constava na constituição, sendo assim este mandato constitucional.

Apesar de seu governo ser constitucional os opositores de Vargas não se conformaram, por que queriam que houvessem eleições diretas para presidente em 1934, e apesar de contar na constituição as eleições diretas, muitos opositores ao governo achavam que era constitucional porém, imoral.

Isso vez crescer a onda de revoltas em todos os setores da sociedade, fazendo com que grupos de esquerda liderados pela ANL, e tendo como seus principais representantes políticos ligados ao PCB, já que este partido estava na ilegalidade e não poderia atuar, realizassem vários protestos contra o governo Varguista. É nesse clima de insatisfação que aparecem a idéia de tomada de poder por parte dos comunistas. Essa tentativa de tomada de poder vai ter como líder do movimento, Luis Carlos Prestes. Que vai ter seu estopim em novembro de 1935.

Os movimentos ocorridos em novembro de 1935 se deram em duas capitais do Nordeste: Natal, no Rio Grande do Norte e Recife, em Pernambuco; e na capital do país na época: o Rio de Janeiro, ficando conhecidos como “Intentona Comunista” que é considerada pelos pesquisadores como o primeiro movimento de esquerda no Brasil, pois tinha como objetivo a tomada do poder.

Mas será que todos que participaram desse movimento tinham consciência do que era ser comunista? Será que o movimento foi considerado realmente de caráter comunista por suas ideias implantadas ou eram apenas populares demais para aquele momento?

Afinal, quem foram aqueles que participaram do movimento que ficou sendo conhecido como o primeiro levante comunista do Brasil?

Mesmo tendo sido eleito presidente do Brasil de forma constitucional, Vargas continuou tendo em vários setores da sociedade uma forte oposição ao seu governo, sobretudo a oposição promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935 quando o comitê executivo nacional da ANL se reuniu pela primeira vez em 12 de março de 1935 e o primeiro comício foi realizado no Rio de Janeiro em 30 de março. (CHILCOTE, 1982, p. 77). A proposta da ANL era formar uma frente única que englobasse os comunistas, os liberais, os anarquistas, os antintegralistas e todos aqueles que questionavam a política imposta pelo governo Vargas. A ANL tinha um programa de cinco pontos que:

Exigia a paralização de todas as companhias “imperialistas”, a proteção ao pequeno e médio agricultor e a divisão das grandes propriedades entre aquelas que nelas trabalhavam, plenas liberdade “populares” e um governo popular voltado para os interesses do povo Brasileiro (CHILCOTE, 1982, p.78).

Em resposta a forte oposição ao seu governo, Vargas decretou uma nova Lei de Segurança Nacional conhecida como “Lei Monstro”. Esta legislação instituiu um estatuto especial para os crimes praticados contra o Estado, além de estabelecer punições rigorosas contra os subversivos, ou seja, todos aqueles que de alguma forma colocasse seu governo em perigo, como era o caso dos comunistas.

Estas razões fizeram com que Luís Carlos Prestes, antigo membro do exército brasileiro, conhecido pela sua participação em vários movimentos anticolonialistas tais como: a Grande Marcha pelo Brasil, conhecida como Coluna Prestes, e já declarado comunista desde março de 1931, fizesse pronunciamentos cada vez mais fortes contra o Governo brasileiro. Em cinco de junho de 1935, Prestes publicou uma “carta aberta”, convocando as massas para a derrubada do governo do presidente Getúlio Vargas. Na carta, Prestes estabeleceu um programa de nove pontos que pregava:

A extinção da dívida externa; a denúncia dos tratados “antinacionais”; a nacionalização dos serviços públicos; benefícios para os trabalhadores, entre os quais a jornada de trabalho de oito horas, previdência social e a garantia de um salário mínimo; a luta contra as condições de trabalho escravista e feudal; a distribuição da terra entre a população pobre; a devolução das terras aos índios;

o estabelecimento das “liberdades populares”; e a luta contra todas as guerras imperialistas (CHILCOTE, 1982, p. 79).

Por causa deste pronunciamento que violou a nova Lei de Segurança Nacional, a Aliança Nacional Libertadora foi fechada através de um Decreto do presidente Getúlio Vargas em julho de 1935.

Em resposta às arbitrariedades cometidas pelo presidente, principalmente contra a Lei “monstro”, houve diversos movimentos contrários como afirma Carone (1982):

A resposta à “lei monstro” não se fez esperar. De norte a sul do país, do seio do proletariado e de todas as camadas da população laboriosa levantam-se a mais forte, a mais impetuosa onda de protesto contra essa lei ultra-reacionária. As centenas de telegramas e monções de repulsa, aos numerosos atos públicos de protestos, vieram juntar-se as combativas greves de Santos, São Paulo, Distrito Federal, Pernambuco e Rio Grande do Norte (CARONE, 1982, p. 171).

Toda essa onda de indignação por boa parte da população e dos que faziam parte dos grupos organizados como: sindicatos e partidos políticos, fez com que Luís Carlos Prestes juntamente com outros membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e deflagrasse aquilo que seria conhecida como Intentona Comunista. A Intentona Comunista foi organizada a partir da vontade de criar uma sociedade cada vez mais justa, onde as diferenças tivessem um caminho curto.

Apesar de muitos que participaram do levante não terem a menor consciência do que era ser comunista, que importa aqui é mostrar que aqueles que lutaram na Intentona defendiam um mundo mais justo, onde houvesse uma diminuição das desigualdades sociais. E essa era a proposta daqueles que participaram do levante. Isso é o que a esquerda sempre defendeu. As ideias defendidas pelos revolucionários eram muito populares na época sendo assim consideradas de esquerda. Por isso, aqueles que participaram do movimento, independente de ter ou não consciência que eram de esquerda, são considerados como fazendo parte da esquerda no Brasil, pois os seus atos demonstravam uma clara vinculação com os ideais da esquerda, já que estavam pautados numa concepção de igualdade (BOBBIO, 1995).

2.6. A Revolução: Tardia ou Precipitada?

Vocês se avexaram muito! Deviam ter esperado mais um pouco. Essas “leis” vai tomar conta do mundo mais cedo ou mais tarde. Mas não tão depressa assim, seu sargento (De Antônio Silvino a Gregório Bezerra). (CAVALCANTI, 1978, p. 161).

A decisão para o Levante em Recife partiu da direção local do Partido Comunista, mais precisamente do Secretário do Nordeste.

Recife era o centro político do Nordeste, tinha, assim, no seu histórico um perfil revolucionário. Dessa forma, logo quando chegou a notícia do levante em Natal, a cúpula do PCB local determinou para o dia seguinte, ou seja, no domingo, 24 de novembro de 1935, o levante em Recife. Alguns pontos foram fundamentais para a rápida ação do Secretariado do Nordeste. Por exemplo:

O trabalho do partido nos meios militares era intenso, e o setor “antimil”, segundo seu responsável, Gregório Bezerra, crescia muito entre julho e novembro de 1935, porque boa parte dos militares filiados à ANL passara ao Partido quando aquele foi fechado.

O Sargento Gregório, instrutor do CPOR no tiro de guerra 333, fora o principal responsável pela preparação do setor militar para o projetado e frustrado golpe de agosto. Depois disso, e segundo orientação do Partido, passou a reforçar o trabalho no Exército, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil: de agosto a novembro de 1935 duplicaram nossas organizações militares, conta ele. Apesar de suas responsabilidades, Gregório diz que não fazia qualquer propaganda política no tiro de guerra, limitando-se a economizar munição, que guardava para o futuro levante revolucionário: em novembro dispunha já de mais de 6.500 tiros (BEZERRA, 1979, p. 236).

Além de todas essas ações planejadas no início de novembro de 1935 uma greve na estrada de ferro Great Western que parou a ferrovia de Alagoas e do Rio Grande do Norte foi favorável a deflagração do Levante. A partir dessa greve, outros trabalhadores em solidariedade também cruzaram os braços como foi o caso dos trabalhadores da Companhia de Força e Luz e também dos transportes terrestres e do carvão, conforme foi noticiado no jornal carioca *A Classe Operária* no dia 14 de dezembro de 1935, através da matéria intitulada “*A Onda de Greve que Precedeu a Insurreição em Pernambuco*”:

O ponto alto do movimento foi a confraternização dos Praças do 29º BC com os grevistas. Estes receberam dos militares, junto com dinheiro arrecadado para o fundo de greve, a seguinte nota: “nós, os soldados do 29º BC, irmãos de classe dos grevistas, por meio desta queremos demonstrar nossa solidariedade, enviando aos companheiros que exigem dos imperialistas mais um pedaço de pão para seus filhinhos que se arrastam na lama dos mocambos a quantia de 54\$000, dinheiro adquirido entre todos aqueles que sentem a tragédia revoltante das classes oprimidas. Companheiros das demais corporações! Imitai-nos, porque sois, tanto quanto nós, vítimas das mesmas vicissitudes, vivendo sob o mesmo jugo” (VIANNA, 1992, p. 51).

Depois da greve da Great Western outro acontecimento fez com que os ânimos se exaltassem ainda mais dentro do Partido Comunista Regional: a realização do Congresso Integralista em Garanhuns. Marly Vianna (1992) descreve o acontecimento:

A greve da Great Western e a confraternização dos soldados com os militares entusiasmara o PC, preocupava a cúpula militar e deixara os ânimos ainda mais exaltados. Para agravar o descontentamento que grassava, mal terminada a greve, o Governo do Estado autorizou a realização do Congresso Integralista em Garanhuns. A reação da cidade, que ficou em pé de guerra contra os galinhas-verdes, fez com que a polícia transferisse o evento para Pesqueira, mas o problema continuava, pois o movimento antifascista não estava disposto a permitir sua realização fosse onde fosse.

Diante da intensa mobilização política, o PC local convenceu-se de que bastava uma ordem sua para dar início à revolução e aguardava com impaciência que o sinal verde fosse dado no Rio de Janeiro pela direção nacional (VIANNA, 1992, p. 222).

Esses fatos mostram como estava o Recife às vésperas do levante. Greves, insatisfação de alguns militares, civis, entre outros. As notícias do levante em Natal chegaram à noite do Sábado, 23 de novembro. Ao receber a notícia, o Sargento Gregório Bezerra comunicou o fato ao Secretariado do Nordeste. Porém, Gregório insistiu ser impossível pensar em qualquer ação militar para o dia seguinte, um domingo, já que depois do sábado os soldados eram dispensados do serviço até as seis horas da manhã da segunda-feira, assim, o quartel ficava praticamente vazio.

Apesar da advertência de Gregório Bezerra, na reunião do Secretariado, Caetano Machado, Silo Meireles e Pascácio Fonseca, discutiram o que fazer à hora certa e o melhor dia, já que uma coisa estava decidida: a necessidade de apoiar os revoltosos do Rio Grande do Norte.

Caetano Machado resolveu o problema, adaptando uma famosa frase de Lenin, na véspera da tomada do Palácio de Inverno, à situação pernambucana, levantando-se e declarando com grande solenidade: “Hoje teria sido cedo; depois de amanhã será tarde. Eu marco o levante para amanhã, às nove horas” (VIANNA, 1992, p. 223).

Mesmo alertando ao Secretariado sobre a impossibilidade do levante no domingo, Gregório Bezerra acatou a decisão e foi uma das figuras que mais se destacou no levante. Porém, a adesão ao movimento não foi a esperada. Desta forma, pertinente é a avaliação de Marly Vianna (1992):

As ações revolucionárias em Recife foram exclusivamente militares. Dos 6 mil populares que receberam armas, poucos lutaram. Mariano José de Lucena, o oiticica da direção do Partido e um dos encarregados de preparar o povo para a Revolução, não apareceu com os operários, assim como não apareceram os trezentos trabalhadores prometidos pelo Coronel Muniz Farias. Muitos militares comunistas só souberam do levante depois de sua eclosão. Paulo Mota Lima, por exemplo, responsável pelo jornal do P.C. e sempre em contato com o Secretariado do Nordeste, não sabia de nada, e conta: “quando o movimento arrebentou, a população do Recife, apanhada de surpresa, perguntava: O que é isso? Comunismo? Integralismo? Ninguém sabia” (VIANNA, 1992, p. 228).

A participação do sargento Gregório Bezerra foi de fundamental importância para o movimento. Existia o compromisso por parte de vários setores organizados da sociedade de enviarem pessoas para luta armada, entretanto, essa ajuda não aconteceu e num momento de desespero, Gregório Bezerra fez uma tentativa desesperada de conseguir adeptos abordando quem encontrasse pela frente, mas os únicos que se uniram a ele foram dois meninos de rua (VIANNA, 1992, p.63).

Assim, podemos observar como o movimento estava desarticulado e apesar da proposta baseada nos ideais de esquerda, pregando a concepção de uma sociedade igualitária, o movimento não encontrou adeptos e essa situação se deve em parte à inexistência de uma conjuntura histórica apropriada, pois o país ainda estava baseado numa economia agro-exportadora e contava com um proletário incipiente.

Entretanto, o maior empecilho para o sucesso do movimento se deve principalmente a falta de divulgação pelos meios de comunicação que na época eram controlados pela elite econômica do país, que se utilizaram dos jornais para introduzir uma visão negativa dos que participaram da Intentona Comunista de 1935.

Parte III

ANÁLISE DISCUSSIVA

3.1. Uma breve História da Imprensa

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que ameaça (BARBOSA, 2004, p.32).

A história da origem da imprensa é bastante controversa, indícios mostram que as primeiras reproduções da escrita foram obtidas sob um suporte de argila com os selos cilíndricos e cunhas, essas reproduções datam do século XXVIII a.C. e foram encontradas na Mesopotâmia e na Suméria.

O primeiro jornal impresso regularmente só foi publicado no primeiro século do calendário cristão com o nome de *Acta Diurna*. A *Acta Diurna* era afixado nos espaços públicos e trazia fatos diversos, notícias militares, obituários, crônicas esportivas e assuntos variados. Esse jornal era gravado em tábuas de pedra e colocado no Fórum Romano a mando do imperador romano Júlio César. Mas o primeiro jornal feito com papel só foi publicado em 713 de nossa era, na China.

José Marques de Melo, na sua tese de doutorado sobre a História Social da Imprensa faz uma pequena discussão referente à origem da imprensa. O autor encontrou indícios que a origem estaria no Oriente já que desde o século VIII os chineses, os japoneses e os coreanos não apenas realizavam impressões tabulares como chegaram até mesmo a possuir tipos móveis por volta do século XI (MELO 2003, p. 33).

Porém, alguns estudiosos da imprensa tentam minimizar a “descoberta” da imprensa pelos Orientais, como é o caso do filósofo e educador canadense McLuhan que faz uma comparação da imprensa Oriental chinesa e a imprensa Ocidental de Gutenberg, afirmando que imprimir ideogramas (como faziam os chineses) é totalmente diferente do que Gutenberg fazia com seus tipos baseados em alfabeto fonético. Outro autor que minimiza a invenção dos chineses é o sociólogo alemão Max Weber que diz que os produtos das artes gráficas já eram conhecidos na China, mas uma literatura impressa destinada apenas à impressão e apenas possibilitada por ela, somente surgiu no Ocidente (MELO, 2003, p. 34).

O debate sobre a origem da imprensa está inacabado, podendo mesmo nunca chegar a um consenso. A divergência ocorre por diversos motivos, seja por conflitos ideológicos entre o Oriente e o Ocidente, ou por posições de cunho particular por parte de alguns estudiosos, ou até mesmo por falta de indícios concretos que dê uma sustentação definitiva ao assunto. Como afirma Martins (1998, p. 139), “não só as circunstâncias em que ocorreu a invenção da tipografia são obscuras e confusas, como a própria vida de Gutenberg ainda permanece em grande parte envolta em mistérios”.

Há um conflito na Europa para se saber quem teria o mérito maior sobre a invenção da “nova” técnica. Acredito que a questão do mérito seja realmente relevante, porém, para esse trabalho as interferências feitas pela “nova” técnica é o ponto crucial de nosso estudo, conforme alerta Guedes, (p. 23) “com Gutenberg, ou Fust, ou Schoeffer, ou ainda Coste ou Waldvogel, inicia-se uma era na história da cultura e os mais de cinco séculos desde então decorridos foram vividos sob a influência permanente do livro”.

Essas discussões são relevantes para entendermos como estava sendo desenvolvida e como era empregada a tipografia entre o Oriente e o Ocidente. Porém, para esse estudo vamos focar na contribuição que a imprensa teve e tem para influenciar de forma direta e indiretamente o interlocutor. Dessa forma, farei aqui um breve histórico desde a invenção de Gutenberg mostrando quem e quais instituições se apropriaram da imprensa para interferir nas questões religiosas, econômicas e sociais em determinadas épocas.

Foi no final da Idade Média que a imprensa surgiu na Europa. Esse período foi marcado por algumas transformações estruturais que assinalaram o período de transição do feudalismo para o capitalismo, como: o desenvolvimento do comércio interno, o renascimento, o surgimento de uma vida urbana, o despontar de uma nova classe social: a burguesia e a criação das universidades (MELO, 2003, p. 34).

Nesse contexto, a Igreja Católica, que até então era a maior detentora do conhecimento, começava a perder poder. A imprensa surgiu motivada pela explosão de inquietude por novos saberes por parte de uma nova elite intelectual que aparece ávida pelo conhecimento. Os livros feitos na forma manuscrita já não davam conta de tanta procura.

A procura de livros, nas cortes do renascimento e nas universidades atingiu proporções tais que os copistas não tinham condições para atender todas as solicitações. Surge, com isso, um verdadeiro comércio editorial, tornando-se o

livro manuscrito um produto de preço elevado, disputado pelos colecionadores e pelos estudantes (MELO, 2003, p. 41).

Apesar de ser um período conturbado, a Igreja Católica também se favorece com o aparecimento da imprensa, podendo divulgar de forma mais abrangente suas ideias através das orações e bulas papais. A Bíblia também ganhou destaque já que sua divulgação alcançou um número infinitamente maior de fiéis. Com isso, a Igreja Católica buscou retomar o poder que detinha antes e que estava sendo questionadas pelos setores da sociedade que se encontrava em plena efervescência cultural e científica, tal como as universidades.

No século XVI tanto a Igreja Católica como os intelectuais passaram a utilizar da imprensa para divulgar seus estudos e ideologias. A imprensa vai ser utilizada como um canal de comunicação para influenciar diretamente as massas.

McLuham acredita na interferência direta da imprensa sobre as massas, para isso cita como exemplo a contribuição da imprensa para a rebelião dos camponeses alemães ocorrida no século XVI. Finkelstein questiona a tese de McLuhan sobre a interferência da imprensa na rebelião dos camponeses ao questionar que imprensa não poderia exercer uma influência sobre o imaginário popular já que a quantidade de pessoas que sabiam ler no século XVI era ínfima, pois eram poucos os que usufruíam dos benefícios da letra de forma e entre as massas populares praticamente ninguém sabia ler (MELO, 2003, p. 49).

Entretanto, apesar da grande maioria das pessoas não saberem ler, havia aqueles que faziam as leituras para a massa. Dependendo da confiança que a população tinha com o orador, a leitura era levada à risca e muitas vezes sem nenhum tipo de questionamento. Um exemplo clássico eram as leituras realizadas pelos intelectuais com o objetivo de influenciar ideologicamente as massas e as leituras realizadas pelos membros da Igreja Católica para seus fiéis, que eram aceitas sem crítica alguma, ora por acreditarem piamente nos ensinamentos da Igreja, ora pelo medo de questionar as doutrinas com receio de algum tipo de represália.

Pensar o papel da imprensa implica considerá-la enquanto meio de informação. Mas a informação e o conhecimento durante toda a sua história social estiveram sempre a serviço de alguém. Burke (2003) nos mostra que durante a Idade Média era a Igreja

Católica quem controlava o conhecimento e uma das formas de exercer esse controle se dava através do *Index*. O *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos Livros Proibidos) foi uma lista de publicações proibidas pela Igreja Católica, de “livros contaminados” contendo ainda as regras da Igreja relativamente a livros. O *Index* tinha como objetivo proibir livros que a Igreja considerava imorais e que poderiam corromper os fiéis.

Com o aparecimento da imprensa o conhecimento se ampliou, surgindo, a partir de então, o comércio do conhecimento. Para o Burke (2003) a incorporação do conhecimento como produto de mercado através da imprensa foi responsável pela abertura dos canais de informação e pela sua maior acessibilidade. Foi a partir do surgimento da imprensa como mercadoria que o conhecimento se ampliou.

Com o aparecimento do capitalismo, principalmente durante o período industrial (o século XVIII), alguns líderes políticos ao observar a força que os jornais exerciam para influenciar a população, se utilizaram de alguns jornais para divulgar suas ideologias fazendo surgir uma verdadeira proliferação de jornais de diversas facções políticas.

Logo após esse despertar dos políticos pelos jornais como forma de divulgar suas ideias de forma mais ampla, os empresários também descobriram a importância dos jornais como fonte de lucratividade, com isso, apareceram os primeiros jornais comerciais de massa. É a era do jornalismo como comércio.

Toda essa discussão nos faz refletir sobre o papel da imprensa enquanto “comércio de informação” e discutir a “falsa” neutralidade/passividade que está por trás dos meios de comunicação. Neste sentido, quando pretendemos analisar o discurso da imprensa escrita pernambucana sobre a esquerda no Brasil estamos pretendendo corroborar com essas discussões, na medida em que iremos pensá-la a partir de sua relação com a ideologia e poder, pois,

concentrando o estudo da ideologia no terreno das formas simbólicas contextualizadas, para as maneiras como as formas simbólicas são usadas para estabelecer e sustentar as relações de poder, estamos estudando um aspecto da vida social que é tão real como qualquer outro (THOMPSON, 1995, p.19).

3.2. A imprensa no Brasil

No Brasil a imprensa demorou a aparecer. Até a chegada da família real portuguesa para o Brasil em 1808 era proibido qualquer tipo de tipografia e havia uma total censura a qualquer tipo de periódico implantado.

A Imprensa Oficial foi introduzida com a chegada da Corte Portuguesa em 1808. Os portugueses vieram para o Brasil, que na época era colônia de Portugal, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte que invadiram Portugal devido às questões políticas e econômicas envolvendo esses dois países. A Imprensa Régia foi instalada no Rio de Janeiro com o nome de Gazeta do Rio de Janeiro, sendo o primeiro jornal oficial do Brasil inaugurado em 10 de setembro de 1808. No mesmo ano surgiu em Londres o Correio Brasiliense, o primeiro Jornal Brasileiro fora do Brasil, criado por Hipólito José da Costa.

O jornalismo no Brasil teve um atraso de dois séculos se comparado a outros países americanos como México, Estados Unidos e Peru, como observou Néelson Werneck Sodré (1999, p. 10): “o México conheceu a imprensa, em 1539; o Peru, em 1583; as colônias inglesas, em 1650”.

Esse atraso teve um custo elevado para o Brasil, a não divulgação de conhecimentos tornou a sociedade brasileira incipiente em relação a outros países americanos. Só então com a fundação do primeiro jornal brasileiro editado fora do Brasil, O Correio Brasiliense e com o primeiro jornal oficial do Brasil editado dentro do país, a Gazeta do Rio de Janeiro, é que definitivamente o jornalismo se tornou uma realidade.

Porém, a censura prévia foi estabelecida antes mesmo de sair a primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro, e só foi abolida em 1827 por D. Pedro I e referendada depois pelo seu filho D. Pedro II. Numa Carta outorgada em 1824, apesar de aprovada por algumas câmaras municipais da confiança de D. Pedro I, constava a liberdade de imprensa, mesmo que na prática isso não tenha sido levado a cabo, ou seja, na prática havia sim uma censura a imprensa. No período imperial as publicações nos jornais eram predominantemente literárias. Os acadêmicos escritores como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Coelho Neto e tantos outros, usaram os jornais para divulgar seus escritos.

As formas como os jornalistas apresentavam as informações para o interlocutor, isto é, os estilos jornalísticos, estavam relacionados com o desenvolvimento da sociedade. Seabra (2002, p. 32) faz uma divisão do estilo jornalístico estabelecendo cinco fases de desenvolvimento do jornalismo no Brasil:

1) *jornalismo literário*, que vai do surgimento da imprensa no Brasil até o final do século XIX, aproximadamente; 2) *jornalismo informativo estético*, que compreende o período de transição entre o fim do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial; 3) *jornalismo informativo utilitário*, que abrange todo o período do entreguerras e se estende pelas décadas de 1950 e 1960; 4) *jornalismo interpretativo*, fase que corresponde ao período que vai dos anos 1970 até a última década do século; e o modelo atual, que começa a substituir o paradigma anterior, o qual denominamos 5) *jornalismo plural* (SEABRA, 2002, p. 32)

No período do jornalismo literário, a primeira fase do jornalismo no Brasil, os jornais ainda não eram vistos como uma empresa capitalista. Eles eram antes de tudo lugares onde as ideias políticas podiam ser discutidas. Um grande número de intelectuais, escritores e outros, utilizavam os jornais para divulgarem seus escritos.

O jornalismo informativo estético apareceu junto com o surto industrial que ocorreu no Brasil por volta de 1880. Esse crescimento industrial fez com que houvesse um grande investimento nos jornais com a introdução de novas máquinas e técnicas. A imprensa artesanal deu lugar à sofisticação e ao rigor. A partir de então começou as primeiras empresas jornalísticas no Brasil.

A urbanização e a industrialização do país, somadas á capitalização da elite agroexportadora de café. Permitem o desenvolvimento das primeiras empresas jornalísticas. A informação começa a ser vista como produto, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais passam a ocupar o espaço antes preenchido pelo mero debate e os veículos impressos são agora os portadores dos interesses das classes produtoras e das camadas médias da população (SEABRA, 2002, p. 34).

O estilo jornalismo informativo utilitário vai se desenvolver dentro de um período onde novos veículos de comunicação apareceram, tais como: o rádio e a primeira revista ilustrada brasileira: O Cruzeiro, em 1928. Isso fez com que os jornais se modernizassem e adotassem em duas páginas o uso de imagens através da fotografia e ilustrações. Esse novo padrão visual transcendia a notícia e a informação. A mudança do jornalismo literário para o jornalismo informativo não foi suficiente para que os jornais concorressem com o rádio,

foi necessário então que o paginador fosse substituído pelo diagramador, fazendo surgir os primeiros projetos gráficos de mudança na apresentação visual dos jornais (SEABRA, 2002, p. 38).

Foi nesse período que apareceu a técnica do *lead* quando foram inseridos os seis elementos da notícia: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Esse estilo deu um novo paradigma aos textos jornalísticos, trazendo a racionalização da notícia.

No jornalismo interpretativo, o estilo do *lead* foi aos poucos perdendo espaço para novos e velhos estilos com uma nova “roupagem”. Através do aparecimento da TV, a imprensa escrita deixou um pouco de lado os recursos visuais e utilizou de forma mais ousada a cor nos jornais com o objetivo de torná-los uma espécie de TV.

O jornalismo plural trouxe uma nova realidade de fazer jornalismo. De acordo com Seabra (2002, p. 43), “jornalismo plural, portanto, não é um estilo, como o jornalismo literário ou o jornalismo informativo, mas sim um modelo em que cabem diversos estilos”.

A importância de fazer uma análise da imprensa é tentar mostrar como esse veículo de comunicação teve e tem um poder e interferir em diversas situações. Com a Intentona Comunista não foi diferente, a imprensa escrita teve um papel fundamental não só no decorrer do movimento mais também depois dele. A imagem que a imprensa criou da esquerda repercutiu por muito tempo e até hoje é lembrada através de uma imagem negativa que criou preconceitos, desinformação e confusão no imaginário social.

3.3. O Olhar da Imprensa Pernambucana ao Levante Comunista de 1935

Traíçoeiro e brutal golpe do extremismo vermelho combatido e vencido pela bravura das forças fiéis a ordem e ao regime (Diário da Manhã, 26 de novembro de 1935).

É com essa manchete que o Diário da Manhã estampou, com letras garrafais, na manhã de uma terça-feira, 26 de novembro de 1935, com a primeira edição extraordinária, o seu posicionamento em relação à Intentona Comunista.

Ao analisar a manchete desse jornal se observa um discurso investido de sentidos onde símbolos foram utilizados com o intuito de contribuir com uma imagem depreciativa do comunista, sendo apontado como: traíçoeiro, brutal e inimigo do regime.

É nesse sentido que os comunistas se inseriram na lista de inimigos do regime, fazendo-se “necessário” todo um aparato ideológico e repressivo para combatê-los.

Analisar o discurso da imprensa é importante porque visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância por e para os sujeitos (ORLANDI, 1999, p. 26).

Para Néelson Garcia (1990), a propaganda tem um caráter persuasivo. Desta forma, o poder procura controlar os meios de persuasão para garantir a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades (BACZKO, 1985, p. 308). Assim, a era Vargas iniciada em 1930 contou com o doutrinamento diário, através da imprensa, para disseminar sua ideologia, explorando, ao máximo, seus veiculadores, onde jornais, panfletos, livretos, foram criados para divulgação do ideário varguista.

O papel da imprensa é de vital importância para garantir o controle e a dominação do imaginário. Baczko (1985) sintetiza bem a importância do controle dos meios de propaganda:

a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida para difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controlo destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças (BACZKO, 1985, p. 308).

Em Recife, a periódica Folha da Manhã criada por Agamenon Magalhães²⁴ tinha o propósito de ser “veículo de doutrinação política e legítimo porta-voz do regime” (ALMEIDA, 2001, p. 163).

Após a Intentona Comunista de 1935, o discurso da imprensa laica e religiosa, recaiu sobre o principal inimigo do Estado: os comunistas. Com o intuito de combater o movimento comunista em Pernambuco, a linguagem da imprensa contra eles se tornou mais virulenta.

As manchetes dos jornais pernambucanos investiram num discurso que teve como marca o conceito de ordem *versus* desordem, tentando passar a imagem do comunista como o fomentador da desordem e o Estado sobressaindo como aquele que tentava preservar a ordem social:

Traíçoeiro e brutal golpe do extremismo vermelho combatido e vencido pela bravura das forças fiéis à ordem e ao regime (Diário da Manhã, 26 de novembro de 1935).

O Jornal Pequeno sente-se no dever de felicitar o governo do estado e o comando da região pela manutenção da ordem, não esquecendo também nessas felicitações, refletindo o sentir do povo pernambucano, os bravos da brigada militar, do 22º B.C., do 20º B.C. e da parte do 29º B.C. fiel ao governo (Jornal Pequeno, 27 de novembro de 1935).

O golpe extremista deflagrado, Domingo ultimo, contra a ordem legal (Jornal do Commercio, 29 de novembro de 1935).

Ao analisar o discurso da imprensa pernambucana, observamos como se processou a construção da imagem do comunista como “outro”, o inimigo, o nocivo à sociedade.

²⁴ Político Pernambucano, com grande influência com o presidente Getúlio Vargas. Fundador do jornal Folha da Manhã que fazia oposição aos comunistas.

Como a ideologia se materializa no discurso (ORLANDI, 1999, p. 16), fica expresso neste discurso o ideário que tem como marca a retórica da alteridade.

Para legitimação do poder é necessária a apropriação do imaginário e do simbólico. Almeida (1996, p. 541), afirma que “a imprensa, pelo seu amplo alcance, sempre foi e será um dos veículos de extrema relevância para doutrinação, propaganda e ideologia dos regimes políticos que necessitam buscar legitimidade junto aos vários segmentos sociais”.

Observamos que a imprensa em Pernambuco se utilizou de um discurso que se posicionava como verdadeira representante do povo, para legitimar a ação repressora do Estado.

O Jornal do Comércio do dia 29 de novembro de 1935 trouxe em suas primeiras páginas a seguinte manchete:

Sobreleva acentuar a significação da expressiva unanimidade com que as forças mais ponderáveis da opinião pernambucana e brasileira condenam repellem os objetivos do golpe extremista de domingo ultimo, demonstrando assim, ainda uma vez, a sua formal aversão ás doutrinas exóticas que tão fundo se chocam com o sentido das nossas tradições históricas e a índole nitidamente liberal do nosso povo (Jornal do Comércio, 29 de novembro de 1935).

Trabalhando com a mesma intenção, o Diário da Manhã do dia 26 de novembro de 1935 também se fez porta-voz do povo:

Foi com um sentimento mixto de surpresa e revolta que o povo pernambucano, pelas suas classes mais conscientes e representativas, acolheu a noticia, infelizmente logo confirmada de que uma da força federal aqui aquartelada se havia levantado em armas contra o poder constituído

Pernambuco, já o dissemos, pela impressionada unanimidade de sua população, profligou e repeliu a monstruosa intentona de Socorro (Diário da Manhã, 26 de novembro de 1935).

Utilizando da persuasão do doutrinamento diário, alguns jornais pernambucanos veiculavam através de suas mensagens, valores que compunham a ideologia do estado varguista interferindo no imaginário coletivo, a fim de obter o seu controle. Baczko (1985) ao analisar o controle do imaginário social, afirma:

O controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as actividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças (BACZKO, 1985, p. 312).

Desta forma, analisando o discurso da propaganda, se observa que as ideias vinculadas sobre a “desordem comunista” surtiram efeito sobre a população, que se posicionou de forma solidária e grata ao governo.

TELEGRAMMAS RECEBIDOS, HONTEM, PELO SR. GOVERNADOR INTERINO DO ESTADO

RECIFE – Com sentimentos gratidão funcionários desta Alfandega transmitto vossencia suas felicitações completa dominação movimento impatriotico irrompido domingo este Estado. Respeitosas saudações – Horacio L. Forte

OLINDA – Colonia Pescadores Z5 de Olinda solidaria causa governo constituido regosija-se vitoria legalidade – A Directoria.

RECIFE – Aceite distinto amigo sinceras felicitações sua brilhante patriótica attitude defesa legalidade familia pernambucana. Abraços – Olympio Costa.

RECIFFE – Aceite minhas sinceras felicitações serena energia com que agiu estabelecendo ordem constitucional Estado Bôa hora confiada sua suprema direcção. Cordiais saudações – Enéas de Lucena.” (Diário da Manhã, 28 de novembro de 1935)

Os reflexos da Intentona Comunista se fizeram presentes durante um grande período do governo varguista. Como resposta à “insubordinação extremista” foi criada em 23 de dezembro de 1935, pela Lei nº 71, a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS/PE, que, contando com o apoio de todo um aparato policial, teve o objetivo de controlar os indivíduos coibindo suas ações, a fim de garantir a ordem social.

3.4. Discutindo os discursos

A imprensa de Pernambuco ajudou a construir um estereótipo negativo em relação à imagem da esquerda, que foi comparada com algo que pudesse fazer o mal e trazer algum tipo de moléstia para a sociedade. Sendo assim, a esquerda era sempre comparada ao ‘outro’, ao ‘inimigo’ a ser detido a qualquer custo. Com isso a imprensa produziu uma rejeição a todos aqueles grupos, instituições, partidos, entre outros, que se consideravam de esquerda. Esquerda pode ser considerada historicamente como aqueles que estavam ao lado dos direitos sociais e dos direitos a liberdade. Esse olhar que a imprensa noticiou sobre a esquerda levou ao imaginário popular uma visão deturpada do que é ser de esquerda.

Essa visão dos jornais onde a esquerda era apresentada como o mal, o inimigo, um perigo à sociedade brasileira, um regime nefasto que corromperia a integridade do povo e levaria toda sociedade à desordem e ao caos, penetrou no imaginário da população resultando num olhar desvirtuado com relação à esquerda. Mariani, em sua tese de doutorado, analisou os comunistas no imaginário dos jornais fluminense e traz uma grande contribuição para esse debate:

“O comunista é um inimigo.” Esta “equação lingüística” - “comunista= inimigo-, a qual fixa um “lugar do mal” na história do partido no Brasil, na forma como foi apresentada pela imprensa não-partidária, se encontra um sentido sempre - já negativo, reiterado na forma de diferentes denominações ou como elemento de narrativas políticas” (MARIANI, 1998, p.18-19.)

A análise que farei aqui dos jornais pernambucanos não está direcionada somente ao PCB, mas a todos que de alguma forma se identificaram como sendo de esquerda.

Durante a Intentona Comunista de 1935 havia um programa onde eram defendidos direitos sociais e de igualdade, como foi o caso da Aliança Nacional Libertadora com o programa de cinco pontos em que se exigia um governo popular voltado para os interesses do povo brasileiro. A ANL, que formava uma frente única e englobava comunistas, anarquistas, antintegralistas e todos que questionavam a política adotada naquele período, ou seja, uma política centralizadora do governo varguista e vai culminar com um decreto

onde estabelecia punições severas contra aqueles que se colocasse contra seu governo, conhecido como “lei monstro” Lei de Segurança Nacional. Esse embate das ideologias políticas entre governo liberal e oposição comunista teve sérias conseqüências para o país, como foi o caso da política radical que o presidente Vargas vai adotar contra os comunistas e todos que de alguma forma contestavam seu governo. A imprensa oficial por sua vez se colocou ao lado do governo, mostrando em seus enunciados diários uma posição enérgica contra aqueles que questionavam o poder estabelecido.

O discurso feito pela imprensa estabelecia um poder quase “incontestável”, já que esses discursos eram sempre apresentados como sendo constitucionais, e que pretendia manter a ordem estabelecida. Diante disso os jornais utilizavam-se a “ordem estabelecida”, ou seja, essa ordem utilizada pelos jornais pretendia legitimar o discurso. Tornando assim esses discursos mais poderosos e influenciador.



Fotografia 1: Diário de Pernambuco, 27 de novembro de 1935. (FUNDAJ/PE)

No dia 27 de novembro de 1935 o jornal Diário de Pernambuco trouxe estampada na manchete na sua capa principal:

“O Recife viveu três dias de intensa agitação”

“Um movimento de caráter extremista, iniciado por elementos do 29º BC., irrompeu em Socorro na madrugada de domingo... Os rebeldes concentraram-se no Largo da Paz, de onde foram rechassados depois de violento combate”.

Podemos observar nesse enunciado alguns termos pejorativos, como: agitação, movimento de caráter extremista e rebelde. Com esses termos, a imprensa de Pernambuco ajudou a construir uma imagem negativa daqueles que participaram do movimento de 1935, movimento esse considerado de esquerda pelos jornais.

No enunciado “O Recife viveu três dias de intensa agitação” está implícita a relação da agitação com o levante que tinha ocorrido, já que era sabido por todos que tinha havido um movimento para tomada de poder. Dessa forma a manchete contribui para mostrar que o movimento ocorrido não passou de uma agitação e isso fica ainda mais claro no enunciado onde se lê “Um movimento de caráter extremista, iniciado por elementos do 29º BC., irrompeu em Socorro na madrugada de domingo... Os rebeldes concentraram-se no Largo da Paz, de onde foram rechassados depois de violento combate”. O que se nota nesse enunciado, de forma mais contundente, é o objetivo de denegrir a imagem daqueles que participaram do movimento usando termos mais violento como extremista e elementos.

Dessa forma o discurso jornalístico contribui na produção de sentidos negativos sobre a esquerda, ou seja, a prática jornalística discursiva influenciou o imaginário popular em determinado período histórico, onde as condições produzidas por esses jornais incluíam não só o contexto sócio-histórico, mas também o ideológico do período, considerando todas as condições de produção em que o jornal produziu essa matéria.

O RECIFE VIVEU TRES DIAS DE INTENSA AGITAÇÃO

Um movimento de caracter extremista, iniciado por elementos do 29.º B. C., irrompeu em Socorro na madrugada de domingo -- Os rebelados concentraram-se no Largo da Paz, de onde foram rechassados depois de violento combate

A Brigada Militar com a cooperação do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió, forçou os amotinados à retirada, dominando a situação

EM ESTADO DE SITIO O TERRITORIO NACIONAL

Por 172 votos contra 52 a Camara votou a medida pedida pelo governo

RIO, 27 (Meridional — Western) — Foi votado o estado de sitio para todo o territorio nacional, por 172 votos, contra 52.

Os situacionistas de São Paulo, Pernambuco, Minas Geraes, Bahia e Goyaz votaram a favor.

A maioria ficou dividida, assim como o P. R. F. e o Partido Liberal Gaúcho.

APPROVADO O ESTADO DE SITIO PELO SENADO

RIO, 27 (Meridional — Western) — O Senado aprovou o estado de sitio por 23 votos contra tres.

Votaram contra os senadores Costa Rego, Genaro Pinheiro e Abel Cieremont que, justificando o voto, allegaram que sendo o movimento somente em dois Estados, não havia motivo para a medida ser decretada para toda o territorio nacional.

O projecto foi defendido verbalmente pelo sr. Thomas Lobo. O parecer da commissão de Justiça foi dado pelo sr. Arthur Costa.

PRONULGADA A AUTOBASCIA PARA SER DECRETADO O ESTADO DE SITIO

RIO, 27 (Meridional — Western) — O presidente da Camara promulgou a revolução legislativa que autorisa o poder executivo a decretar o estado de sitio.

A SITIO DA CAMARA DO RIO DE JANEIRO — O presidente da Camara do Rio de Janeiro, sr. João de Deus, declarou o estado de sitio em 27 de novembro de 1935, em virtude da revolução legislativa promulgada pelo presidente da República, sr. Getúlio Vargas, em 26 de novembro de 1935.

O ESTADO DE SITIO DO TERRITORIO NACIONAL — Foi votado o estado de sitio para todo o territorio nacional, por 172 votos, contra 52.

OS SITUACIONISTAS DE SÃO PAULO, PERNAMBUCO, MINAS GERAES, BAHIA E GOYAZ VOTARAM A FAVOR. — A maioria ficou dividida, assim como o P. R. F. e o Partido Liberal Gaúcho.

APPROVADO O ESTADO DE SITIO PELO SENADO — O Senado aprovou o estado de sitio por 23 votos contra tres.

VOTARAM CONTRA OS SENADORES COSTA REGO, GENARO PINHEIRO E ABEL CIEREMONT QUE, JUSTIFICANDO O VOTO, ALLEGARAM QUE SENDO O MOVIMENTO SOMENTE EM DOIS ESTADOS, NÃO HAVIA MOTIVO PARA A MEDIDA SER DECRETADA PARA TODA O TERRITORIO NACIONAL.

O PROJECTO FOI DEFENDIDO VERBALMENTE PELO SR. THOMAS LOBO. O PARECER DA COMMISSÃO DE JUSTIÇA FOI DADO PELO SR. ARTHUR COSTA.

PRONULGADA A AUTOBASCIA PARA SER DECRETADO O ESTADO DE SITIO — O presidente da Camara promulgou a revolução legislativa que autorisa o poder executivo a decretar o estado de sitio.

A DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS NO LARGO DA PAZ

Para a manhã de domingo, logo que a policia teve noticia de que parte do 29.º B. C. amotinara em direção ao Socorro, já estavam no Largo da Paz, onde se encontravam os rebeldes, os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

O tenente Manoel Martins de Castro, ao que a policia apurou, possuía um grupo de rebeldes, alguns pracinhas e soldados da Brigada Militar.

O tenente Manoel Martins de Castro, ao que a policia apurou, possuía um grupo de rebeldes, alguns pracinhas e soldados da Brigada Militar.

O tenente Manoel Martins de Castro, ao que a policia apurou, possuía um grupo de rebeldes, alguns pracinhas e soldados da Brigada Militar.

O tenente Manoel Martins de Castro, ao que a policia apurou, possuía um grupo de rebeldes, alguns pracinhas e soldados da Brigada Militar.

O tenente Manoel Martins de Castro, ao que a policia apurou, possuía um grupo de rebeldes, alguns pracinhas e soldados da Brigada Militar.

O tenente Manoel Martins de Castro, ao que a policia apurou, possuía um grupo de rebeldes, alguns pracinhas e soldados da Brigada Militar.

O tenente Manoel Martins de Castro, ao que a policia apurou, possuía um grupo de rebeldes, alguns pracinhas e soldados da Brigada Militar.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz

Após o combate, os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.

Os rebeldes foram forçados a retirar-se do Largo da Paz, onde se encontravam os elementos da Brigada Militar e do 22.º B. C., da Parahyba e do 20.º B. C., de Maceió.



Fotografia 2: Diário de Pernambuco, 28 de novembro de 1935. (FUNDAJ/PE)

No dia 28 de novembro de 1935 o jornal Diário de Pernambuco trouxe estampada a seguinte manchete de sua capa principal:

“O Recife viveu três dias de intensa agitação”

“Um movimento de caráter extremista, iniciado por elementos do 29º BC., irrompeu em Socorro na madrugada de domingo... Os rebeldes concentraram-se no Largo da Paz, de onde foram rechassados depois de violento combate”.

A princípio diríamos parecer uma cópia do jornal do dia anterior, entretanto, esta manchete foi publicada no dia 28 de novembro de 1935, ou seja, a mesma manchete da data anterior, o dia 27 de novembro foi repetido no dia seguinte. Essa recorrência também fazia parte da estratégia dos jornais e tinha uma finalidade, ou seja, com a repetição, já dada, já dita sobre a esquerda, tinha a intenção de reafirmar o que já fora dito anteriormente,

O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em situação discursiva dada (ORLANDI, 1999, p.31).

Podemos verificar então uma recorrência em alguns termos pejorativos como: extremista. Essa repetição nas formas de denominar e descrever o movimento de 1935 é o já dito, onde a produção de termos recorrentes tinha a intenção de afetar diretamente no imaginário das pessoas.

PREÇOS

Subscrição, Semestral e Anual
 Rua do Imperador n.º 200
 Tel. 34691 — JORNAL DO COMMERÇIO

Subscrições:

Quotidiana R\$ 1,50
 Mensal R\$ 15,00
 Trimestral R\$ 45,00
 Semestral R\$ 90,00
 Anual R\$ 180,00

Revista: **COM PRAGMATA**

JORNAL DO COMMERÇIO

ANUNCIOS

Para a Frente R\$ 100,00
 Para o Interior R\$ 150,00
 Para o Exterior R\$ 200,00
 Espaço Especial R\$ 300,00
 Espaço Ilustrado R\$ 400,00

Órgão independente e noticioso

Propriedade da Empresa JORNAL DO COMMERÇIO S.A.

Director: F. Pessoa de Oliveira

INFORMAÇÕES TELEGRAPHICAS

Despachos diarios pelos cabos nacionaes e estrangeiros e pela radiotelegraphia

Serviço mantido pelos nossos correspondentes especiaes, no Brasil e no Estrangeiro

Segundo o jornalista Gabriel Bernardes, o verdadeiro «cavalleiro da esperança» é o presidente Getulio Vargas não o snr. Luis Carlos Prestes

Commentando a situação brasileira, diz o "Jornal do Brasil" que estamos deante de magnifica oportunidade para pôr termo á desordem e á inquietação que, dia a dia se vinham infiltrando nos espiritos, oportunidade que se não deve perder ou eclipsar

O Conselho da Federação Republicana, em Paris, insistindo sobre o perigo das sancções, afirma que as forças armadas da França não podem ser empenhadas em qualquer acção, a não ser em defesa do país

DISTRICTO FEDERAL

Ecos da rebelião do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação — A acção desenvolvida pelo capitão Agildo Barata

RIO, 29 — O primeiro ministro Thomaz de Faria e Alencar, ao lado do capitão Agildo Barata

GETULIO VARGAS, «CAVALLEIRO DA ESPERANÇA»

RIO, 29 — As actividades bancarias dos comunistas de Natal e a miseravel chacota ocorrida em nossos quartéis — diz o jornalista Gabriel Bernardes, commentando as occurrencias destes ultimos dias — é o verdadeiro título de "Cavalleiro da Esperança", consagrando-o definitivamente, sem favor, neste ambiente de apprehensões

NOTÍCIAS DO ESTRANGEIRO

O EXODO DE OURO DO BANCO DA FRANÇA

Acredita-se, geralmente, que o facto não affectará a situação politica franceza — Caso isso aconteça, o sr. Pierre Laval renunciará, irrevogavelmente, a chefia do governo do seu país

PARIS, 29 — O Conselho Nacional da Federação Republicana

PELA PARTICIPAÇÃO DA FRANÇA NA GUERRA

PARIS, 29 — Acaba de constituir-se, aqui, um novo reagrupamento de ex-combatentes para impedir a participação da França na guerra economica contra a Italia, na qual o país não tem interesse directo.

O Conselho Nacional da Federação Republicana

se garantir teve consequências desastrosas para o Chile. Hipotesis aturada em terreno juramentado ao lado do general de P. H. L. Deste aspecto da actual situação jurídica ali limitando parte o ataque aos interesses militares de novo ao contra-ataque. A situação politica e militar no Chile. Hipotesis foi enviada a este recorte local. Das carceres de novo jantes corria sobre fronte de guerra, dentro das respectivas linhas. Uma armada de valor, alguma dadas com varias unidades em

Fotografia 3: Jornal do Commercio, 30 de novembro de 1935. (FUNDAJ/PE)

No dia 30 de novembro de 1935 o Jornal do Commercio trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

- 1- **“Segundo o jornalista Gabriel Bernardes, o verdadeiro “cavalleiro da esperança” é o presidente Getúlio Vargas não o Snr. Luís Carlos Prestes”.**
- 2- **“Commentando a situação brasileira, diz o “jornal do Brasil” que estamos deante de magnífica oportunidade para pôr termo á desordem e á inquietação que, dia a dia se vinham infiltrando nos espíritos, oportunidade que se não deve perder ou eclipsar”.**

A manchete principal do Jornal do Commercio tinha o objetivo de mostrar, ao contrário do que se dizia na época, que Luís Carlos Preste que à época tinha se convertido ao comunismo mais era conhecido como o “Cavaleiro da Esperança” por suas atividades políticas desde a década de 1920 quando participou da grande marcha²⁵ pelo Brasil, não era mais o Cavaleiro da Esperança, pois o verdadeiro Cavaleiro da Esperança era o presidente Getúlio Vargas, por sua força em conter a Intentona Comunista. Observa-se ainda a utilização de um importante jornalista da época, Gabriel Bernardes, para dar uma credibilidade maior a esse enunciado.

Ora, na época era notória a associação de Prestes ao comunismo e isso não era estranho para ninguém. Porém, o enunciado não associa mais Prestes como o Cavaleiro da Esperança e sim o presidente Vargas. Fica subentendido então que como Prestes tinha participado do movimento comunista não teria mais sentido chamá-lo de Cavaleiro da Esperança já que lutou contra as forças legalistas do Brasil.

Já a segunda manchete do Jornal do Commercio transcreve uma manchete publicada no Jornal do Brasil em que relata que aquela era a grande oportunidade para acabar com o que definem como desordem, em clara referência ao movimento comunista de 1935. Essas descrições feitas pelos jornais (Jornal do Commercio e Jornal do Brasil) mostravam o lado

²⁵ Luís Carlos Prestes comandou o mais importante movimento militar contra a República Velha, chamada Coluna Prestes ou “Grande Marcha”. Com duração de quase dois anos, o movimento percorreu mais de 25 mil quilômetros antes de se dissolver na Bolívia.

negativo de uma possível tomada de poder por parte dos comunistas, já que haveria um provável rompimento da “ordem constituída”.

Dessa forma, os jornais proclamavam a todos para a necessidade de intervir, o mais rápido possível, contra aqueles que trariam a desordem e afetaria a vida de todos: os comunistas. Pode-se verificar então a construção de uma retórica da desordem criada pelos jornais ao descrevem o movimento de esquerda que tentou tomar o poder no Brasil em 1935. O objetivo era, portanto, desarticular o movimento, construindo uma imagem negativa que esse movimento poderia trazer para o país.

JORNAL DO COMMERCIO — Sabbado, 30 de novembro de 1935

O GOLPE EXTREMISTA DEFLAGRADO, DOMINGO ULTIMO, CONTRA A ORDEM LEGAL

TEVE INICIO, HONTEM, O INQUERITO EM TORNO DAQUELLE MOVIMENTO SUBVERSIVO — OUTRAS NOTICIAS SOBRE O LEVANTE COMMUNISTA

Presidiu pelo dr. Eitelvino Lins, delegado auxiliar, teve inicio hontem, na sala do Conselho Penitenciario da Casa de Detenção, o inquerito acerca do movimento subversivo deflagrado no dia 24 do corrente, na Villa Militar Deodoro, em Socorro, e chefiado pelo capitão Otacilio Cavalcanti e pelos tenentes Lamartine e Alberto Besouchet.

O referido inquerito está correndo em segredo.

APREHENSÕES DE MUNIÇÕES E ARMAS

Pela secção de Ordem Politica e Social, foram hontem procedidas varias diligencias nesta cidade e subúrbio e apprehendidas armamentos e munições.

A PRISÃO DE DOIS MEDICOS, UM ADVOGADO E UM ENGENHEIRO

De ordem do snr. secretario da Segurança Publica, foram detidos hontem, os drs. Arthur de Sá, José Henrique, director do Hospital Hermann Lundgren, em Olinda; Renato Pimentel e Cabral Filho, ex-prefeito daquela vizinha cidade.

EM JABOATÃO FORAM EFFECTUADAS 26 PRISÕES, INCLUSIVE DE 2 SOLDADOS DO EXERCITO

Procedente do municipio de Jabotão, foram hontem apresentados na secretaria da Segurança Publica 26 detidos, inclusive duas praças do Exército.

Todos elles tomaram parte no movimento de domingo ultimo e na sua maioria são operarios.

Entre os detidos, vinha um popular, com um extenso ferimento no rosto, recebido em combate.

Tendo deixado de receber os curativos, em virtude de ter se evadido, já o ferimento se manifestara de certa gravidade.

O NUMERO APROXIMADO DE PRISÕES ATE HONTEM EFFECTUADAS

do Sul, que zarparam do Rio de Janeiro, a 1 hora da ultima segunda-feira.

Esses vasos de guerra, segundo soubemos, na capitania do porto, chegarão ao Recife, hoje, as primeiras horas da manhã.

UMA ORDEM DO DIA, DO COMMANDANTE DO 2º B. C., RELATIVAMENTE AOS ACONTECIMENTOS

O cel. Olyntho Tolentino de Freitas, commandante do 2º B. C., baixou a seguinte ordem do dia, em referencia ao levante do dia 24.

1 — LEVANTE EXTREMISTA — 1 — No dia 24 do corrente rebentou neste quartel um movimento de caracter puramente comunista, encabeçado pelos 2os. tenentes Lamartine Coutinho Corrêa de Oliveira e Alberto Bomleiar Besouchet acompanhados pelos sargentos José Avelino de Carvalho, Waldemar Diniz Henriques, Antonio Alves Damasceno, Augusto José Bezerra, cabos e soldados.

Pouco após as nove horas da manhã daquelle dia, quando toavam algumas providencias referentes á prapmtidão em virtude do movimento que desde a vespera estalou no 2º B. C., vieram trazer ao conhecimento dos capitães Everardo de Barros e Vasconcellos e Frederico Mindello Carneiro Monteiro que o tenente Lamartine havia revoltado a 1ª Cia. e vinha atirando e prendendo a todos.

Imediatamente correram os officiaes que se encontravam no Pavilhão para a parte de onde se ouviam alguns tiros fronteira a 1ª Cia. e que eram os capitães Everardo de Barros Vasconcellos, Frederico Mindello Carneiro Monteiro, segundos tenentes Edson Amaneto Ramalho e José Carneiro de Albuquerque Maranhão.

Ao atingir o capitão Everardo o patamar da 1ª Cia. ali encontrava-se com o tenente Lamartine, que de revolver em punho e cercado por um grupo de soldados de armas embaldadas appellava ao capitão Everardo para que adherisse ao movimento "que se desbandava em todo o país".

riram varios golpes de fuzil sobre o cap. Mindello que afinal foi preso e mandado conduzir pelo tenente Lamartine para o xadrez do B. C. Neste interim, o cap. Everardo conseguindo desvencilhar-se do tenente Lamartine, rolou pela grama, até o Pavilhão da Administração e providenciou o armamento da guarda.

O cap. Mindello la sendo conduzido preso pelo grupo mencionado, quando ao chegar ao Pavilhão da Administração, o cap. Everardo gritou severamente para o sargento Damasceno. Notando o cap. Mindello que o sargento Damasceno titubava ante a attitude energica do cap. Everardo, pulou para um lado já dentro do Pavilhão da Administração e agarrando um fuzil, começou a atirar para os rebeldes. Vendo-se tambem ameaçados não somente pelo cap. Everardo, como pelo cap. Mindello, já em liberdade e armado e a guarda, recaram os rebeldes para o Pavilhão da 1ª Cia. de onde desencadeava forte tiroteio para o Pavilhão da Administração, aonde ficaram os elementos fieis ao Governo.

Organizada a resistencia, verificou-se, que todo o Pavilhão da Administração ficara em poder dos elementos legaes. Logo no começo da luta chegavam ao Pavilhão de Administração, já sob a acção das balas o Commandante e o cap. Valente do Couto. Tambem nelle se encontravam os 1os. tenentes José Dantas de Carvalho, Eugenio Martins Penha, dr. David Alcure Lacerda; 2os. tenentes Francisco Antonio, Fiosculo Santiago Ramos, Augusto Francisco dos Reis Junior, José de Queiroz Andrade; sargentos ajudante Alfredo Gomes de Alcantara, 1º sargento Lauro Machado Torres, 2º sargento João Fialho de Araujo, 3os. sargentos João Vieira de Araujo Pereira, Francisco Felismino de Oliveira, Luiz Mariano do Nascimento, Clodomiro de Souza, Francisco Bernardo de Oliveira, Otavio de Oliveira, Miguel Dantas e 49 soldados.

Verificou-se logo que dispunhamos apenas de um cunhete de munição (cerca de 1.900 tiros) o 2º e a 3ª, com elles tivessem confraternizado e apparecesse ao lado delles, entregar-nos-iamos, do contrario, lutaríamos, até exgotar o ultimo cartucho.

Entretanto, naquella tregua, não seríamos hostilizados, nem hostilizaríamos. Essa a situação a que fomos obrigados a chegar, pela falta absoluta de munição.

Abandonada a Villa pelos rebeldes, na manhã do dia seguinte, terça-feira, foi verificado que se poderia resistir muito tempo, pois foi encontrada grande copia de munição e armamento, abandonada pelos rebeldes.

Foi immediatamente organizada a defesa da Villa, já então completamente dominada pelas forças fieis, que agora podiam resistir a qualquer ataque que por ventura pudessem fazer os rebeldes, de volta das frentes que occupavam. Foram mandados emissarios ao encontro das forças legaes do 2º B. C. e 22º B. C., que ás 11 horas da manhã de terça-feira, davam entrada na Villa Militar.

Este commando se honra e se congratula com os seus commandados, por ter sido sempre esta, a resposta unanime de seus officiaes, sargentos e praças, a cada intimação para que se rendessem: "Ninguem se rende, enquanto houver um cartucho!" e manda que seja transcripto este facto, nos assentamentos de todos os que estiveram presentes durante a resistencia á tropa amotinada.

2 — Encontravam-se em suas residencias, impossibilitados de comparecer ao quartel em virtude da forte fuzilaria, que não cessou durante as 23 horas sessão em virtude das treguas pedidas pelos rebeldes para parlamentar, tendo comparecido logo após o armistício, acima referido, os capitães Jorge Vital Cesar Cantinho, 2º tenente musico Francisco Picado, 1º sargento José Edgar Rosa, 2º sargento João Virgínio da Silva, 3º dito Francisco Zuzá, Manuel Claudio da Silva, Luiz José de Gouveia, Augusto Quintino de Mello; 2º sargento José de Medeiros Valença e 1º dito Eugenio Simões do Nascimento.

3 — Foram aprisionados pelos

par tão necessaria ao nosso Brasil. Saudações. — (Ass.) Protenes Guimarães, governador.

De Rio — Receba v. excia. as minhas congratulações pelo restabelecimento da ordem e volta á tranquillidade do Recife com a victoria final da lei por que pugnaram seus valerosos e heróicos defensores na hora extrema da manutenção do regime e instituições do país. Attenciosas saudações. — (Ass.) L. Siqueira Menezes, director geral dos Correios e Telegraphos.

De Rio — Felicito a v. excia. pelo destemor e energia na repressão ao surto comunista irrompido no nosso Estado, congratulando-me ainda pelo heroismo da nossa Brigada Militar, mais uma vez em evidencia. — (Ass.) Zeca Miranda.

Do Rio — Felicito-vos pela victoria do governo — Abraços. — (Ass.) Lino Colona.

Do Rio — Congratulo-me com o prezado amigo pela decisiva acção contra os inimigos da patria. — (Ass.) Isidoro Campos.

Do Rio — Confederação Catholica Brasileira de Educação congratula-se pelo esmagamento da revolução comunista. — (Ass.) Everardo Backheuser, presidente.

Do Rio — Representando a lavoura cannavieira de Pernambuco junto aos poderes federaes, congratulo-me com vossencia pela energica repressão aos amotinados. Saudações. — (Ass.) Oscar Carneiro.

De Alagoas — Tenho a honra de comunicar a v. excia. que a Assembleia Legislativa acaba de votar uma moção de congratulações ao glorioso Estado de Pernambuco e ao seu patriótico governo pela jugulação do movimento subversivo deflagrado contra as instituições republicanas. Attenciosas saudações. — (Ass.) Freitas Meiro.

No dia 30 de novembro de 1935 o Jornal do Commercio trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

1 – “O golpe extremista deflagrado, domingo ultimo, contra a ordem legal”.

2 – “Teve inicio, hontem, o inquerito em torno daquelle movimento subversivo-outras noticias sobre o levante comunista”

Mais uma vez podemos observar na primeira manchete os termos: extremista e ordem se contrapondo ao termo desordem. Nessa direção de sentido o jornal buscou associar o golpe a extremistas que atuam contra a ordem estabelecida. Trazendo uma imagem extremamente negativa daqueles que participou do golpe.

No segundo enunciado se observa o discurso do medo. Esse medo é colocado de duas formas: primeiro, mostrando que aqueles que participaram do movimento vão sofrer punições com inquéritos que deverão ser instaurados com o objetivo de verificar a culpabilidade de cada segmento; segundo, relatando que o movimento subversivo realizado pelos comunistas só trouxe aspectos negativos para ordem estabelecida, tendo assim que ser apurado e condenado aqueles que participaram do levante comunista, ou seja, que o mal, neste caso o movimento de esquerda, teria que ser destruído.

Dessa forma, do ponto de vista discursivo se observa a construção de uma imagem negativa que a imprensa fez dos que lutaram contra o “poder legal”. Ao desconstruir os discursos feitos por esse jornal privilegiamos um olhar que pudesse se embrenhar na materialidade lingüística, onde o contexto histórico vai ser importante para compreender o poder exercido pelos jornais através de suas manchetes.

O cotidiano e a história do levante já estão embutidos dentro do jornal, ou seja, o contexto era sabido por todos, ficando subentendido que a população já estava consciente do que se passava. É nesse sentido que análise do contexto é importante, pois só então se compreende a historicidade do texto.

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos de historicidade é o acontecimento do texto com o discurso. O trabalho dos sentidos nele. Sem dúvidas, há uma ligação entre a história extrema e a historicidade do texto (trama de sentido nele) mais essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa e efeito. (ORLANDI, 1999, p. 68)

O trabalho com o texto como unidade de análise é fundamental. Os fatos que estão dentro do texto discursivo, trazem uma memória onde submetemos a análise, materialização lingüística que produzem sentidos.

JORNAL DO COMMERCIO — Quarta-feira, 27 de novembro de 1935

O GOLPE EXTREMISTA, DEFLAGRADO, DOMINGO ULTIMO, CONTRA A ORDEM LEGAL

GRAÇAS Á EFFICIENCIA DAS MEDIDAS POSTAS EM PRÁTICA PELAS AUTORIDADES CONSTITUIDAS, O MOVIMENTO SUBVERSIVO FOI VENCIDO NA SUA GENESE

JÁ SE ENCONTRA PERFEITAMENTE NORMALIZADA A VIDA DA CIDADE, COM O COMPLETO FRACASSO DA INSURREIÇÃO QUE TROUXE AO RECIFE MOMENTOS DE OPREHENSÕES E DE SOBRESALTOS

NESTA hora, em cujo sentido resalta um mixto de jubilo e tristeza para o espirito e o coração da família recifense, a ninguém é dado esconder a dolorosa lição que provou em todas as consciências bem formadas o surto extremista — felizmente soffocado na sua genese — que acaba de fazer viver a nossa capital momentos de intranquillidade e apprehensões, criando para todas as classes sociais uma situação de indifaraçavel delicadeza.

O movimento subversivo, que tudo indica de orientação nitidamente comunista, ora soffocado á custa do sacrificio de vidas, certo precioso á communhão, constitue, por sem duvida, uma grave e dolorosa advertencia, em que agora, mais do que nunca, devem attentar quantos possuam qualquer parcella de autoridade sobre o rythmo dos destinos publicos.

Pernambuco não pode continuar á mercê de ameaças como a que, felizmente, não chegou a se concretizar, ainda agora. Já é tempo de se encerrar com elevação de vistas, e visando, antes de mais nada, aos superiores interesses do bem publico, o dever que a todos incumbe, em parcella maior ou menor na entrosagem das suas responsabilidades sociais, de velar na guarda do patrimonio das nossas tradições, em função do fortalecimento da ordem, contra as investidas dissolventes de certas doutrinas exóticas, que não se ajustam á índole das características espirituais do nosso povo e dos imperativos ineluctaveis da sua formação politica.

A collectividade pernambucana, na sua expressão mais legitima, é inflexivel no julgar, com a mais vehemente repulsa, os que, movidos pela insensatez de certas aspirações a que tudo repelle, no conteúdo ideológico da nossa evolução social, não tergiversaram em conduzir o Estado a horas de intranquillidade e apprehensões como as que o Recife acaba de viver.

Basta, em ultima analyse, a sympathia e o apoio vigilantes com que as camadas mais ponderaveis da opinião prestigiarão a resistencia da ordem contra o desencadeamento das forças extremistas, para que se verifique o quanto possui de impatriótico e lamentavel a attitude dos que não se arrecearam de subverter o rythmo pacifico das nossas actividades constructoras, arrastando-nos aos asares e ás consequencias de uma aventura como a que hontem se encerrou, com um patrimonio de luto e de prejuizos materies que não é mister ressaltar.

É então que o tenente Aguilado, auxiliado pelo sargento Vieira, conseguiu subjugar o sargento Gregorio, dando-lhe voz de prisão.

O inferior criminoso, que estava ferido foi recolhido ao hospital militar.

O ATAQUE A CADEIA DE OLINDA

Conforme dissemos acima, pouco depois das 8 horas, o capitão secretario da Segurança Publica, tendo noticia de que em Olinda um grupo de civis, chefiado por um sargento do exercito, havia se apoderado da Cadeia, fez seguir para o local, uma turma de investigadores, tendo á frente os snrs. Romulo Leite e Hercilio Borba.

Os citados auxiliares da policia, com o concurso de praças de cavallaria, e da Brigada Militar do Estado, commandadas pelos capitães José Lima e Serrano de Andrade, conseguiram retomar o quartel.

Foram presos, nessa occasião, o respectivo delegado, snr. Reginaldo Toledo, em face da attitude dubia que assumira no caso, o snr. João Cabral Filho, ex-prefeito de Olinda, o academico Glaucio Pinheiro e alguns populares.

O capitão José Luna, á frente de 50 homens, normalizou a situação de Olinda, distribuindo forças pelas estradas de Paulista, ficando entregue a Cadeia da vizinha cidade ao commissario João Barretto, do 1.º districto da capital.

Logo depois, chegava o snr. Wandencoc Nunes, chefe da secção de Investigações, distribuindo investigadores para auxiliarem o policiamento.

Estado, sob o commando do capitão Hygino.

Este official, conseguiu a custo de ingentes sacrificios, transpor a ponte de Afogados, indo alojar-se com a sua força no prédio onde funciona o commissariado de Afogados.

Já nessa occasião, eram destribuídas forças de policia, pela Estrada dos Remedios e outros pontos, que tivessem communicação com a cidade.

O fogo dos revoltosos não cessava.

Elles investiam por toda a parte, a metralhadora não parava.

O capitão Malvino Reis e o tenente-coronel Affonso iam de perto assistir á distribuição das suas forças.

O secretario da Segurança Publica, já havia mandado armar a fuzil toda a guarda-civil, inspectores de vehiculos, guarda-noturna e cerca de 60 operarios que se apresentaram, tendo á frente o snr. presidente da Federação das Classes Trabalhadoras.

É, sob o commando do capitão Sidrack de Oliveira, seguiram todos para o Largo da Paz, auxiliado por grande numero de inferiores da Brigada Militar do Estado.

Com a aproximação da força que avançava por todos os flancos, os revoltosos augmentaram a fuzilaria.

É, sob incessante tiroeteio, conseguiu o capitão Sidrack, alçar o commissariado de Afogados, onde estava o capitão Hygino, bem como a força que ia sob seu commando.

O tenente Imsel, da Brigada Militar do Estado, tratou tambem de avançar pela rectaguarda.

Pela ponte de Afogados, liga-

no seio das forças rebeldes que iam evacuando aos poucos Afogados.

Naturalmente, tinham sido informados de que iam ser atacados pela rectaguarda pelas forças do 20.º B. C.

Com a chegada da companhia de metralhadoras pesadas do 22.º B. C., em Afogados, o tenente coronel Emerson Benjamin, que se encarregava do serviço de ligação, indicou os pontos onde estavam alojados os amotinados. Já o capitão Malvino Reis, que estava dispondo o serviço, havia tambem determinado o local onde elles deveriam ser alojados.

A companhia de metralhadoras entrou em acção, alvejando em primeiro lugar o Collegio Mauricio de Nassau e a seguir

No dia 27 de novembro de 1935 o Jornal do Commercio trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

“O golpe extremista, deflagrado, domingo ultimo, contra a ordem legal”.

“Graças á eficiencia das medidas postas em prática pelas autoridades constituídas, o movimento subversivo foi vencido na sua gênese”.

“Já se encontra perfeitamente normalizada a vida da cidade, com o completo fracasso da insurreição que trouxe ao Recife momentos de oppreensões e de sobresaltos”.

Podemos observar nessas manchetes três discursos diferentes, porém, com a mesma finalidade, ou seja, denegrir a imagem do movimento de esquerda que se abateu contra a ordem e a legalidade.

A manchete principal novamente busca a repetição, já que em manchetes anteriores esses termos também foram utilizados, a mesma manchete sendo colocada para reafirma o já dito. A segunda manchete traz um discurso que tenta passar a ideologia onde as forças legalistas constituídas eram capacitadas tendo sido por este motivo, que o movimento comunista não obteve sucesso. A terceira manchete reafirma o fracasso do movimento deixando explícitas as mazelas que essa insurreição deixou para a cidade.

O texto desse jornal possibilita uma análise mais detalhada do contexto histórico-social, revelando um importante material para compreender o que essas manchetes realmente estão querendo dizer, como estão sendo produzidos os sentidos e como tudo isso está diretamente ligado à ideologia, já que os discursos são a materialização das formações ideológicas, pois não há poder sem imprensa e nem imprensa sem poder, ambos estão historicamente relacionados (MOTTA, 2002, p.13). O contexto sócio-histórico da época tinha como poder central o presidente Getúlio Vargas e isso fez com que setores da imprensa reproduzissem o discurso do Estado, porém não era toda a imprensa que estava a serviço do Estado, existiam setores que não atendiam aos mandos do governo, conforme afirma Motta (2002).

Isso não quer dizer que a imprensa tenha sido, historicamente, apenas um instrumento nas mãos do poder e que não tenha havido imprensa independente do poder. Quer apenas dizer que todo governo, como expressão de um poder, fez e continua fazendo uso da imprensa e de outras formas de persuasão para criar melhores condições de governabilidade (MOTTA, 2002, p. 13).

A imprensa foi um importante meio de difusão das ideias do poder instituído durante a década de 1930. No caso da repercussão da mídia impressa sobre Intentona Comunista de 1935 o discurso por parte de setores da imprensa para manutenção da ordem reproduziu um olhar extremamente negativo à esquerda.



Fotografia 6: Jornal Pequeno, 27 de novembro de 1935. (FUNDAJ/PE)

No dia 27 de novembro de 1935 o Jornal Pequeno trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

“O doloroso Golpe extremista: da madrugada de domingo”.

“A população Recifense foi surpreendida com grande tristeza e serias apprehensões, pela sublevação de parte do 29º BC., auxiliada por alguns elementos civis”.

“A gloriosa resistência dos bravos da brigada Militar e dos heróis do 20º e 22º B.C. e da bateria de costa da parahyba”.

Mais uma vez se vê uma apelação para transformar o levante comunista em algo mal, e isso fica bastante claro na primeira manchete, temos aí três palavras que simplificam o carácter do levante: doloroso, golpe e extremista.

Na segunda manchete temos o jornal falando como se fosse representante do povo, como se tivesse uma ‘procuração do povo’ ao afirmar que a população estava triste com a sublevação. Ora, a maioria da população só ficou sabendo do levante pelos jornais, portanto, como é que esses mesmos jornais poderiam afirmar tal coisa. O levante aconteceu em Recife no domingo do dia 24 de novembro de 1935, o Jornal Pequeno não circulava no dia posterior: a segunda-feira, e na terça-feira nenhuma matéria sobre a Intentona foi publicada, então, a maioria da população não sabia do levante, souberam depois que os jornais publicaram, então, como o jornal poderia afirmar que a população ficou triste com o levante. O que se nota é a intenção de manipulação da sociedade através de seu conteúdo.

A terceira manchete faz uma exaltação aos que participaram do movimento contra o levante, sendo apresentados como ‘os bravos heróis do povo’. Nesse discurso aparece outro elemento: o discurso do herói e dos que salvaram a cidade do perigo que se abatia.

No dia 27 de novembro de 1935 o Jornal Pequeno trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

“O doloroso Golpe extremista: da madrugada de domingo”.

“Desde ante-hontem foi decretada o estado de sítio para todo paiz”.

A mesma manchete publicada na página anterior desse jornal é publicada na página seguinte em letras garrafais para que a informação fosse reafirmada e não passasse despercebida por ninguém. O enunciado seguinte revela o Estado de Sítio²⁶ decretado pelo Estado após o movimento comunista.

O Estado de Sítio é anunciado como positivo e necessário, pois traria a paz e a segurança nacional. Entretanto, não há nenhuma reflexão sobre o que realmente é um Estado de Sítio e quais suas implicações para a sociedade. O Estado de Sítio é um fato social, para Durkheim (2004) um fato social é qualquer forma de coerção sobre os indivíduos que são tidos como uma coisa exterior a eles, tendo uma existência independente e estabelecida em toda a sociedade, que é considerada então como caracterizada pelo conjunto de fatos sociais estabelecidos.

Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2004, p.40).

²⁶ O Estado de Sítio foi criado como um instrumento que o Chefe de Estado pode utilizar em casos extremos, como por exemplo: ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública, agressão efetiva por forças estrangeiras declaração de guerra. Esse instrumento tem por característica a suspensão temporária dos direitos e garantias constitucionais de cada cidadão e a submissão dos Poderes Legislativo e Judiciário ao poder Executivo, assim, a fim de defender a ordem pública, o Poder Executivo assume todo o poder que é normalmente distribuído em um regime democrático.

O Estado de Sítio que foi implantado depois da Intentona Comunista teve os critérios que Durkheim (2004) define para fato social, na medida em que foi uma norma que atingiu a coletividade com independência e poder de coerção sobre o indivíduo.

O enunciado do jornal acima que trata do Estado de Sítio, reafirma de certa forma a ideia de um fato social, pois o Estado de Sítio implantado foi coercitivo já que as características do seu conteúdo era de tal maneira que obrigou os indivíduos a cumprir. O Estado de Sítio possui ainda uma exterioridade, ou seja, é exterior aos indivíduos e também possui uma generalidade na medida em que existe não para um indivíduo específico, mas para a coletividade.

Mas, o que se observa na manchete do jornal é que não há nenhuma referência ao contexto ideológico sobre a implantação do Estado de Sítio, o que se mostra é apenas a necessidade de instaurá-lo naquele momento, passando uma imagem de que o Estado de Sítio seria a melhor forma para manutenção da segurança da nação contra o credo estrangeiro (comunismo).

No dia 29 de novembro de 1935 o jornal Diário de Pernambuco trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

“O povo Brasileiro pode confiar na acção enérgica do governo da republica”.

“As medidas do presidente Getúlio Vargas para o estado de sitio”.

“Refeito o bárbaro golpe extremista, o recife normaliza sua vida urbana”.

O que se observa nos dois primeiros enunciados é uma tentativa de tranquilizar o povo. Mostrando com isso que as medidas tomadas pelo presidente da república eram enérgicas contra todos que estiveram contra a ordem estabelecida. Para isso, o governo utilizou uma medida extrema que foi a decretação de um Estado de Sítio. Entretanto, o jornal Diário de Pernambuco comete o mesmo erro do Jornal Pequeno de 27 de novembro de 1935, pois não deixa claro o significado do Estado de Sítio, apenas revela que é um dispositivo necessário que tem o objetivo de debelar o movimento comunista ocorrido no Estado.

No terceiro enunciado, o jornal se utiliza de termos fortes e negativos como: bárbaro, golpe e extremismo, com objetivo de mostrar o movimento como pervertido e que traria uma desordem para a sociedade pernambucana e brasileira.

A ideologia dos enunciados, através da conjunção língua-história se materializa e produz sentido, pois são introjetados no imaginário popular e absorvido pelos leitores, já que se trata de um jornal que não oferece elementos que façam com que o leitor possa desconfiar do que está escrito, pois se trata de um jornal tido como aparentemente honesto e incorruptível.

HONRA E GLORIA

AOS BRAVOS SOLDADOS DA PATRIA, DE DEUS E DA FAMILIA, — SOLDADOS DO EXERCITO, DA BRIGADA MILITAR, GUARDAS CIVES, INSPECTORES DE VEICULOS, CIDADÃOS QUE SE ARMARAM PARA DEFENDER A NOSSA TERRA DA MONSTRUOSIDADE EXTREMISTA — E QUE SE BATERAM COM A INEGUALAVEL BRAVURA DO BRASILEIRO CONSCIENTE DOS SEUS ACTOS E RESPONSAVEL PELOS

DESTINOS DA SUA TERRA! CAIAM SOBRE ELLES AS BENÇÃMS DA FAMILIA PERNAMBUCANA, AMEAÇADA NA SUA TRANQUILIDADE E NOS SEUS PUDORES MAIS INTIMOS E MAIS SAGRADOS; ANIMEM A SUA TAREFA E O SEU SACRIFICIO O ENTHUSIASMO E O RECONHECIMENTO DE UMA POPULAÇÃO INTEIRA, SEM DISTINÇÃO DE CLASSES, DO MAIS ABASTADO AO MAIS HUMILDE HOMEM DO POVO; GLORIFIQUEM, EMPIM, A SUA IMMENSA BRAVURA, NÃO SOMENTE OS PERNAMBUCANOS, MAS O BRASIL INTEIRO, QUE LHES DEVE A REACÇÃO INICIAL E VICTORIOSA A' ONDA DE LAMA E SANGUE, QUE AMEAÇAVA A SUA PROPRIA EXISTENCIA! GLORIA AOS SOLDADOS QUE SOUBERAM HONRAR A SUA BANDEIRA E DIGNIFICAR A SUA FARDA!

ANULLADO O PROCESSO CONTRA O JORNALISTA
— ANTONES ALMEIDA —

RIO, 21 (A. B.) — O juiz Manoel Lacerda annullou o processo contra o jornalista Antonos Almeida, acusado de autoria de assassinato de um investigador durante uma greve em Petropolis.

A sentença é baseada em razões de segurança, pois no processo figurava como um dos accusados o pai do assassinado.

Diario da Tarde

Recife, 27 de novembro de 1935. EMPRESA "DIARIO DA TARDE" S/A. ARREDORES: PERNAMBUCO: BRASIL. ANO VII — N. 1935

O Movimento Subversivo, De Caracter Communista, Que Rebentou, Domingo Ultimo, Na VILLA MILITAR DE SOCCORRO

O movimento subversivo que tomou o sobrado da Villa Militar de Socorro, no Recife, — iniciado a pedido do governador — foi logo pacificado pelas forças armadas do Estado, reunidas da Brigada Militar do Estado, 20º B. C., 22º B. C., Guarda Civil, Inspectoria de Vehiculos e demais componentes da nossa policia civil

Dominado, após 50 horas de fogo, pelas forças A Palavra Do Governador reunidas da Brigada Militar do Estado, 20º B. C., Andrade Bezerra No Radio Clube De Pernambuco 22º B. C., Guarda Civil, Inspectoria de Vehiculos e demais componentes da nossa policia civil

AS PROVIDENCIAS IMMEDIATAS E DECISIVAS DO CAPITAO MALVINO REIS, SECRETARIO DA SEGURANCA PUBLICA E DO TENENTE-CORONEL ALFONSO

Fotografia 9: jornal Diário da Tarde, 27 de novembro de 1935. (FUNDAJ/PE)

No dia 27 de novembro de 1935 o jornal Diário da Tarde trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

Honra e Gloria

Aos Bravos soldados da pátria; de deus e da família, - soldados do exercito, da brigada militar guardas civis, inspectores de vehiculos, cidadãos que se armaram para defender a nossa terra da monstruosidade extremista - e que se bateram com a inigualável bravura do Brasileiro consciente dos seus actos e responsável pelos destinos da sua terra: caiam sobre elles as bençams da família Pernambucana, ameaçada na sua tranqüilidade- de e nos seus pudores mais íntimos e mais sagrados; animem a sua tarefa e o seu sacrificio o entusiasmo e o reconhecimento de uma população inteira, sem distincção de classes, do mais abstrato ao mais humilde Homem do povo; glorifiquem, enfim, a sua immensa bravura, não somente os pernambucanos, mas o Brasil inteiro que lhes deve a reacção inicial e victoriosa a onda de lama e sangue, que ameaçava a sua própria existência! Gloria aos soldados que souberam honrar a sua bandeira e dignidade a sua farda!

“O movimento subversivo, de caracter comunista, que rebentou, domingo ultimo, na villa militar de socorro”

Os discursos que observamos no texto acima estão repletos de significados, já que o signo e suas diversas significações lingüísticas estão coalhados de ideologias, pois tudo que é ideológico é um signo e sem signos não existe ideologia (BAKHTIN,1986. p. 31). O significante, ou seja, os termos utilizados pelo jornal como por exemplo: monstruosidade, extremista, ameaçada, onda de lama e sangue, são palavras de extremo preconceito contra os que participaram ao lado dos “comunistas” e isto, de certa forma, tem o objetivo de denegrir a imagem da esquerda para o leitor, porém, o significante e o significado não teriam a mesma importância se não incluísse a significação que é o contexto.

Ao contrário da imagem negativa aos que participaram do movimento ao lado dos comunistas, o enunciado do jornal faz uma saudação aos que defenderam a pátria aos que lutaram em favor da conservação do regime. Com o título ‘honra e glória’ e palavras como: bravos soldados relacionando com Deus e a família, sagrado e dignidade, se pretendem

mostrar outro olhar para aqueles que lutaram em defesa da liberdade da pátria e do Estado legal. Trata-se portanto, do mesmo texto com discursos diferentes, onde a ideologia está introduzida dentro do texto através da significação lingüística, pois,

Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais: assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua (BAKHTIN, 1986, p.15).

No dia 27 de novembro de 1935 o jornal Diário da Tarde trouxe estampada a seguinte manchete da capa principal:

“O movimento subversivo, de caracter comunista, que rebentou, domingo ultimo, na villa militar de socorro”.

“Inteiramente normalizada a situação do paiz, com a volta ao regime legal, do Rio Grande do Norte, e a extinção de um surto de rebeldia no Rio de Janeiro”.

“Congratulação ao governo Pernambucano, pela grande victória obtida nos últimos momentos de dor e de sangue que sofreu o estado”.

O primeiro enunciado é a reafirmação do enunciado publicado no mesmo jornal no dia anterior, 26 de novembro de 1935, o que demonstra uma manobra utilizada pelos jornais para reafirmar o mesmo, o já dito, numa forma de produzir sentidos que influenciassem diretamente o interlocutor.

Nos enunciados seguintes o objetivo é mostrar um ambiente onde impera a normalização que ocorre não só em Pernambuco, mas também nos Estados do Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. A ideia é mostrar que outros Estados também passaram pelo mesmo “perigo vermelho”, mas que, assim como Pernambuco, conseguiram dispersar os “agitadores”. Outra ideia presente no enunciado é mostrar setores da sociedade se congratulando com o governo de Pernambuco, passando, portanto, uma ideia de que a população estava ao lado do governo.

Dessa forma, podemos ver nesses jornais uma forte intenção de mostrar o movimento de 1935, como um movimento negativo e que seria ruim para a sociedade, mostrando sempre através de repetições os pontos negativos que esse movimento traria ao povo em geral. Como por exemplos: desordem e o caos.



Contra A Permanencia No Exercito E Na Marinha Dos Elemenos Extremistas
 RIO, 29 ("Diario da Tarde") - « O Diario da Noite » informou, hontem, que o presidente Getulio Vargas pedirá ao Congresso uma lei que estabelecerá a exclusão das fileiras do Exercito e da Marinha de todos os elementos extremistas

Diario da Tarde
A Victoria Da Lei Sobre A Desordem E A Anarchia

O PROBLEMA DA ORDEM

O general Coelho Netto comprova o caracter extremista da intentona de ante-hontem, no Rio de Janeiro, ligada ás rebeliões do Recife e Natal

UMA IMPRENSA CANGULADA SOB O REGIME DE GETULIO VARGAS. A VISUALIZACAO DE SEUS TRABALHOS. O PRESIDENTE VARGAS, ARRESTANDO TRABALHADORES DE MALAS DAS FERROVIAS DO S. E. C. E DA ESCALA DE VISAGAS



Presidente GETULIO VARGAS

A situação atual do Brasil, em termos de ordem pública, é a mais grave que se conheceu desde a queda do Império. O Brasil não tem mais a paz necessária para o desenvolvimento econômico e social. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil.

O Movimento Extremista De Domingo Ultimo

Novas e expressivas congratulações ao governo do Estado, pela sua decisiva actuação, em defesa da paz e do regime, contra os amotinados de Soccorro

Foi aberta a inquirição sobre os acontecimentos - Presa, hontem, a tenente Lamartine, em desobediência ás ordens - As presenças de secretaria da Segurança

As notícias que chegam de Soccorro são de natureza alarmante. O movimento extremista que se iniciou lá, tem se desenvolvido rapidamente. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil.



Associação Commercial de Pernambuco

A GRANDE FEIÇÃO DE SERVO NA SEDE SOCIAL. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil.

O MOMENTO POLITICO NACIONAL

UMA NOTA DE "A NAÇÃO", A PROPOSITO DA CRISE ENTRE O GOVERNO CENTRAL E O GOVERNO GACCHIO. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO VISITA UM FERROVIA

A situação atual é a de um país em estado de guerra civil. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil. A situação atual é a de um país em estado de guerra civil.

Fotografia 11: jornal Diário da Tarde, 29 de novembro de 1935. (FUNDAJ/PE)

Diário da tarde do dia 29 de novembro de 1935 da ênfase com o tema ordem e desordem

“A Victoria da lei sobre a desordem e a anarchia”

“o problema da ordem”

Observamos uma forte preocupação com o tema ordem e desordem nas duas manchetes de primeira página desse jornal. Na primeira manchete a preocupação de deixar vivo na mente das pessoas o perigo que o movimento comunista podia fazer na sociedade se por acaso esse movimento viesse a ter êxito. Trazendo a desordem e conseqüentemente a anarquia se estabeleceria no seio da sociedade.

A preocupação com o tema é tão sério que o lado direito do jornal traz um discussão sobre a problemática de um eventual êxito por parte dos comunistas. O problema da desordem é novamente explicado para que todos fiquem atentos dos malefícios da desordem.

O enunciado tem como objetivo converte o movimento comunista em um movimento que iria trazer todos os tipos de danos a sociedade pernambucana e brasileira. A sociedade teria que estar em alerta permanente contra a desordem e a anarquia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar neste estudo discursos recheados de sentidos negativos produzidos pela imprensa de Pernambuco aos que participaram do movimento revolucionário de 1935 no Estado. A intentona comunista é considerada como primeiro movimento de caráter esquerdista do Brasil que tinha como objetivo a tomada de poder pelos comunistas.

Os discursos produzidos pela imprensa tinham como principal proposta denegrir a imagem dos que faziam parte do movimento de esquerda, pois era um discurso estigmatizado, onde as formas discursivas eram as mais variáveis, como por exemplo, discurso do não dizer, onde o discurso está implícito, subtendido dentro do contexto. Como na manchete do Jornal do Commercio do dia 27 de novembro de 1935 que diz: *O golpe extremista, deflagrado, domingo ultimo, contra a ordem legal*. Ora se eu digo que o golpe foi contra a ordem legal subtende-se que o golpe era ilegal.

Outro discurso clássico que a imprensa utilizava, era o discurso do medo. O Jornal Pequeno do dia 27 de novembro de 1935 traz a seguinte manchete: *Desde ante-hontem foi decretada o estado de sitio para todo paiz*. Com o estado de sítio decretado o governo podia exercer sua força de forma mais enérgica e abusiva, isso criou no seio da sociedade Pernambucana certo medo com a punição para aqueles que estavam ao lado dos revolucionários.

O discurso do caos foi outro que a imprensa se utilizou para satanizar o movimento de esquerda, como foi à manchete do jornal Diário de Pernambuco do dia 28 de novembro de 1935 que traz no seu enunciado o seguinte: *O Recife viveu três dias de intensa agitação*. Passava nesse enunciado um sentido de desordem, tumulto, confusão. Esses discursos tinham a finalidade de levar uma imagem negativa do movimento e de todos que participavam de forma direta ou indireta da intentona comunista de 1935.

A Intentona Comunista em Pernambuco traz à tona um conflito político e ideológico entre os grupos de "direita" e os de "esquerda". No Brasil observa-se que, desde a década de 1920, com o aparecimento do Partido Comunista Brasileiro fundado em 1922, o conflito entre essas duas ideologias antagônicas torna-se mais acirrado e deixa mais claro a disputa entre a direita e esquerda, culminando com o levante dos comunistas em 1935 em plena Era Vargas.

Observamos que o critério de igualdade proposto por Bobbio para definir quem é de esquerda pode ser empregado aos que participaram do levante de 1935, já que os revolucionários estavam, sobretudo, defendendo os interesses dos mais humildes, onde podemos observar por diversas vezes uma apologia dos sediciosos as classes mais modestas da sociedade brasileira. Como foi o caso do programa de cinco pontos anunciado pela ANL, que exigia entre outras coisas a “proteção ao pequeno e médio agricultor e a divisão das grandes terras propriedade entre aqueles nelas trabalhavam...” (CHILCOTE, 1982, p.78). E em alguns discursos de membros do PCB como o de Luis Carlos Prestes que insultava a população mais carente para uma revolta popular, como nesse trecho que diz “...a situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe á iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões...” (SEGATTO, 1989, P.41)

Esse levante foi consequência da insatisfação dos grupos que estava há muito prejudicado pela política restritiva imposta pelos "donos" do café. Com a Revolução de 1930, renasce a esperança de maior participação no processo político, no entanto, a política econômica adotada pelo governo Vargas, juntamente com as restrições impostas aos trabalhadores e aos sindicatos, frustram esse sentimento.

Em 24 de novembro de 1935, um domingo, estoura na capital pernambucana o levante comunista. A inviabilidade do dia por ser um domingo, fez com que não houvesse tempo suficiente para mobilizar a sociedade para ajudar a combater ao lado dos revolucionários, há pouca divulgação do levante induzirão ao fracasso do movimento.

Diante do malogrado levante comunista, a imprensa, como veículo de doutrinação, investe num discurso que procura denegrir a imagem do comunista mostrando esse como o fomentador da desordem social.

Esse discurso penetrou no imaginário coletivo, fazendo com que grande parte da sociedade se posicionasse de forma solidária e grata ao governo. Como foi observado em alguns telegramas recebidos pelo governador e publicado nos jornais, esses telegramas agradeciam as autoridades pela defesa da sociedade contra os revoltosos. O diário da manhã do dia 28 de novembro de 1935 traz alguns desses telegramas: *RECIFE – Com sentimentos gratidão funcionários desta Alfandega transmitto vossencia suas felicitações completa dominação movimento impatriotico irrompido domingo este Estado. Respeitosas*

de uma ordem estabelecida. É o discurso da “ordem” contra a “desordem”.
saudações – Horacio L. Forte. OLINDA – Colonia Pescadores Z5 de Olinda solidaria causa governo constituido regosija-se vitoria legalidade – A Directoria.

Cada vez mais a perseguição aos membros do Partido Comunista do Brasil foi intensificada mesmo após o levante. Em nome da ordem e da segurança pública as atitudes de controle, vigilância, censura e repressão foram justificadas. Todo tipo de arbitrariedade contra os “revoltosos” foram feitas em nome da ordem e do bem estar da população. O governo de Getúlio Vargas impõe a Lei de Segurança Nacional conhecida como “lei monstro” posta em vigor em abril de 1935, que instituía um estatuto especial para com os crimes praticados contra a ordem estabelecida e punições austeras contra os “agitadores”.

A imprensa teve um papel fundamental no que diz respeito ao desenrolar do levante. O insucesso dos esquerdistas e o sucesso do poder constituído se deram em parte pela forma que esse movimento foi divulgado pela imprensa. As formas de denominar e descrever a intentona como sendo de caráter extremista e que iria colocar o país em desordem, fez com que a população olhasse o levante como algum maléfico. Esse discurso feito pela imprensa produziu no imaginário popular, um olhar deturpado daquilo que verdadeiramente estava passando.

Desta forma, observamos uma forte influência da imprensa na construção de uma imagem negativa da esquerda, durante a Intentona Comunista de 1935. Esses discursos recheados de termos negativos exercem um poder quase indiscutível no imaginário popular. Utilizando-se de um discurso legitimador, onde é justificado através de uma ordem estabelecida. É o discurso da “ordem” contra a “desordem”.

Fica claro nas manchetes dos jornais analisados a intenção de mostrar o movimento comunista de 1935, como um movimento de caráter subversivo, onde traria a desordem e o caos. A construção de uma imagem negativa com adjetivos pejorativos como: extremismo, perigo vermelho, bárbaros, golpe extremista, doloroso Golpe, movimento subversivo, desordem, entre outros, ajudaram a construir uma imagem deturpada da esquerda. Quem se apresenta como sendo de esquerda passa a ser coligado à coisa ruim, que não serve para o país e por isso tem que ser erradicado. Essa construção de uma imagem negativa feita pela imprensa durante a intentona de 1935 tem a ver com a ideologia dos jornais da época, ou

seja, são jornais que tem como princípios defender o capitalismo, já que esses jornais são dirigidos por grandes empresários capitalistas da época e “ligados” ao regime político adotado naquele momento: um regime capitalista que estava substituindo a estrutura liberal tradicional por uma de tendência ditatorial.

Lista de jornais

Diário de Pernambuco. 27 de Novembro de 1935, ano III, n. 277.

Diário de Pernambuco. 28 de Novembro de 1935, p.6.

Jornal do Comércio. 30 de Novembro de 1935, ano XVIII, n. 272.

Jornal do Comércio. 30 de Novembro de 1935.

Jornal do Comércio. 27 de Novembro de 1935.

Jornal Pequeno. 27 de Novembro de 1935.

Jornal Pequeno. 27 de Novembro de 1935.

Jornal Diário da Tarde. 27 de novembro de 1935.

Jornal Diário da Tarde. 27 de novembro de 1935.

Jornal Diário da Tarde. 29 de novembro de 1935.

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ

Lista de abreviaturas

Comitê Central (CC)

Internacional Comunista (IC)

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Partido Comunista (PC)

Declaração Universal dos Direitos do Homem. (DUDH)

Análise de Discurso (AD)

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS

Ação Integralista Brasileira (AIB)

Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Index Librorum Prohibitorum (Índice dos Livros Proibidos)

Diário da Manhã (DM)

Folha da Manhã (FM)

Jornal Pequeno (JP)

Jornal do Commercio (JC)

Jornal da Tarde (JT)

Diário de Pernambuco (DP)

Comissão Central Executiva (CCE)

Bloco Operário e Camponês (BOC)

Liga de Ação Revolucionária (LAR)

União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Lista de Fotografias

Fotografia 1: Diário de Pernambuco, 27 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 2: Diário de Pernambuco, 28 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 3: Jornal do Commercio, 30 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 4: Jornal do Commercio, 30 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 5: Jornal do Commercio, 27 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 6: Jornal Pequeno, 27 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 7: Jornal Pequeno, 27 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 8: jornal Diário de Pernambuco, 29 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 9: jornal Diário da Tarde, 27 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 10: jornal Diário da Tarde, 27 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

Fotografia 11: jornal Diário da Tarde, 29 de novembro de 1935.
(FUNDAJ/PE)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____. Imprensa anti-semita no Rio de Janeiro e Recife, séc. XX In. NOVINSKY, Anita e KUPERMAN, Diane (orgs.) **Ibéria-judaica: os roteiros da memória.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: EDUSP, 1996.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2005.

ARAÚJO, José Campos. **A intentona Comunista de 1935.** Biblioteca do Exército, 1973.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade.** São Paulo: editora papagaio Ltda., 2004.

BALANDIER, Georges. **A desordem: elogio do movimento.** Martins-Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In. **Enciclopédia Eninadi.** Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem.** São Paulo; Editora hucitec, 1986.

BELL, Daniel. **O fim da ideologia.** Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1980.

BEZERRA, Gregório. **Memórias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

_____. **Sociologia e História.** 2º Edição Porto: Editora Edições Afrontamento, 1980.

CAMPELO E SILVA, Maria do Carmo Campelo. O processo político-partidário na primeira República. In. MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva.** 19ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

CARONE, Edgar. **Corpo e alma do Brasil: O PCB (1922-1943).** Vol. 1. São Paulo: DIFEL, Difusão Editorial S.A 1982.

CAVALCANTI, P. **O caso eu conto como o caso foi.** São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 29ª Edição, São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração – 1922-1972**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu- Rio de Janeiro: contraponto, 1997

DURKHEIM, Émile. **As regras do método Sociológico**. São Paulo: editora Martim Claret, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político Brasileiro**. Volume 2, 12ª Edição, Editora globo, 1997.

FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. In. MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 6ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

_____, **A arqueologia do Saber**. 7ªed. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita**. O futuro da política radical. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MARIANI, BETHANIA. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

MARTINS, WILSON. **A palavra escrita: História do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: editora ática, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 7ª edição São Paulo: Editora Global, 1988.

- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Escrava, 1968.
- MELO, José Marques de. **História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MÉZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, Brasil S.A., 1990.
- MOTTA, Luis Gonzaga. **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Tradução Daniela Dariano, São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Miscelânea de opiniões e sentenças**. Tradução: Antonio Carlos e Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 1999.
- _____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1997.
- PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro 1922 à 1964**. Editora Alfa Omega, 1999.
- SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB: a questão social no Brasil 8**. São Paulo: Ciências Humanas, 1989.
- SODRÉ, Néelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 19ª Ed. Bertrand Brasil, 1990. p.185.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRINDADE, Hégio. **O integralismo** (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: DIFEL / Porto Alegre: UFRGS, 1974.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35**: o sonho e realidade. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: A luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.